

Bolsa sobe 0,59% com noticiário positivo para a atividade econômica

A Bolsa de Valores brasileira encerrou a sessão desta segunda-feira (14) em alta de 0,59%, aos 130.207 pontos, com os investidores mais otimistas diante do noticiário positivo para a recuperação da atividade econômica. O índice chegou a tocar nos 131 mil pontos no melhor momento do pregão. O volume negociado no dia foi de R\$ 28,365 bilhões.

O movimento de alta veio desde a manhã desta segunda, quando o Banco Central divulgou o IBC-Br (índice de atividade econômica calculado pela autarquia), que voltou a subir em abril -ainda que abaixo do esperado. O indicador registrou alta de 0,44% no mês em relação a março.

A notícia beneficiou papéis de empresas que se beneficiam com a reabertura da economia, como Cognia, B2W e BR Malls, por exem-

plo, que subiram 9,45%, 5,1% e 4,26%, respectivamente.

No exterior, Wall Street fechou com o S&P 500 e o Nasdaq nas máximas, com o mercado em clima de expectativa para o desfecho da reunião do Federal Reserve (banco central americano) na próxima quarta-feira (16), particularmente suas percepções sobre a dinâmica atual da inflação. Os índices subiram 0,18% e 0,74%, respectivamente. O Dow Jones caiu 0,25%.

O dólar, por sua vez, fechou em queda de 0,97%, cotado em R\$ 5,0710, em sessão direcionada principalmente por fluxos, com todas as atenções do mercado voltadas às reuniões de política monetária do Fed e do BC, que se encerram na quarta-feira.

No pacote de moedas emergentes, o real foi a divisa que mais se valorizou em relação ao dólar.

Folhapress



Economia



Economia cresce 0,44% em abril, abaixo das expectativas do mercado, diz BC

Página - 03

Renda média no Brasil cai abaixo de R\$ 1 mil pela 1ª vez em 10 anos

Página - 03



Política

Governo pagará mais três meses de auxílio emergencial, diz Guedes

Página - 04

Câmara discute adesão do Brasil à convenção de crimes cibernéticos

Página - 04



Ganho de escala: a nova rotina das start-ups após a enxurrada de aquisições por gigantes do varejo

Página - 05

Punida pelo Facebook, startup da Stone diz que corre risco de falir se não voltar ao ar

Página - 05

No Mundo

Biden faz Otan considerar China risco à segurança do Ocidente



O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, conseguiu agregar uma dimensão militar à coalizão internacional que pretende montar para fazer frente à assertiva China de Xi Jinping.

Depois de obter um comunicado mais duro contra a ditadura comunista durante o encontro do G7 no Reino Unido, o americano operou para que a Otan, aliança militar fundada em 1949 para conter a União Soviética, destacasse Pequim como um risco para os interesses de segurança do clube.

No comunicado divulgado nesta segunda (14) após a primeira cúpula da organização a que Biden compareceu como presidente, contudo,

a Rússia segue como a protagonista das preocupações ocidentais.

O país de Vladimir Putin, com quem Biden irá se encontrar em Genebra na quarta (6), é visto como uma “ameaça” no texto de 45 páginas. A relação do Ocidente com Moscou é a pior desde a Guerra Fria.

Mas a China é citada várias vezes no texto como um país que “apresenta desafios”.

“As ambições colocadas pela China e seu comportamento assertivo apresentam desafios sistêmicos à ordem internacional baseada em regras e às áreas relevantes para a segurança da aliança”, diz o texto.

Nele, o desenvolvimento naval e nuclear dos chineses é algo a ser acompanhado de perto, assim como sua proxi-

midade militar com Moscou. Xi e Putin têm uma aliança informal há anos, e ela ganhou mais corpo com a chegada de Biden ao poder.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte respondeu em 2020 por US\$ 1,028 trilhão do US\$ 1,83 trilhão gasto com defesa no mundo, de longe o maior ator nesse campo. Cerca de 70% do valor foi empregado pelos EUA.

A China tem o segundo orçamento militar do mundo, US\$ 193 bilhões, mas qualitativamente isso significa mais, dado que os custos no país são mais baixos. A Rússia vem em quinto, sempre segundo o ranking do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (Londres), com US\$ 60,6 bilhões.

Igor Gielow/Folhapress

Vacina Novavax tem mais de 90% de eficácia em testes nos EUA



A empresa Novavax divulgou hoje (14) os resultados da última fase de testes da candidata a vacina contra a covid-19. O ensaio clínico, com base nos Estados Unidos, mostrou que a vacina é mais de 90% eficaz contra a doença e fornece proteção no caso das variantes.

O estudo incluiu 3 mil voluntários nos EUA e no México. A empresa vai pedir a autorização de emergência das autoridades de saúde norte-americanas e fará o mesmo em outros países no terceiro trimestre do ano.

A vacina candidata da Novavax foi mais de 93% eficaz contra as variantes predominantes de covid-19, que

têm sido motivo de preocupação entre cientistas e funcionários de saúde pública, disse a empresa.

Durante os testes, a variante B.1.1.7, descoberta pela primeira vez no Reino Unido, se tornou a variante mais comum nos Estados Unidos.

A Novavax detectou também as variantes encontradas pela primeira vez no Brasil, na África do Sul e Índia entre os participantes do estudo, disse à Reuters o chefe de Pesquisa e Desenvolvimento da Novavax, Gregory Glenn.

A vacina foi 91% eficaz entre os voluntários com alto risco de infecção grave e 100% eficaz na prevenção de casos moderados e graves de covid-19. Foi aproximada-

mente 70% eficaz contra as variantes que a Novavax não foi capaz de identificar, disse Glenn.

“Em termos práticos, é muito importante que a vacina possa proteger contra um vírus que está circulando descontroladamente” entre as novas variantes, acrescentou.

A Novavax informou que a vacina foi geralmente bem tolerada entre os participantes. Os efeitos secundários incluíam dor de cabeça, fadiga e dor muscular e foram geralmente leves. Um pequeno número de participantes registrou efeitos colaterais descritos como graves.

A Novavax continua a caminho de produzir 100 milhões de doses por mês. RTP/ABR

Líderes europeus oficializam certificado digital Covid-19

O regulamento que institui o novo certificado digital Covid-19 da União Europeia (UE) foi assinado nesta segunda-feira (14) em Bruxelas, na Bélgica. O primeiro-ministro português, António Costa, elogiou o “passo decisivo” para uma recuperação econômica em segurança. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli, também estiveram presentes.

Na declaração conjunta, Costa destacou a importância do novo certificado para o restabelecimento das liberdades de movimentação, bem como para a recuperação econômica da região.

“O certificado digital é uma ferramenta inclusiva. Inclui pessoas que se recuperaram da covid-19, pessoas que testaram negativo e pessoas que foram vacinadas. Agora podemos viajar de forma segura. Segura para nós, para aqueles que nos recebem e para as nossas famílias, vizinhos e colegas, quando regressamos”,

afirmou o primeiro-ministro. Ele lembrou, no entanto, que as regras sanitárias devem continuar a ser cumpridas.

A presidente da Comissão Europeia destacou o simbolismo da data, já que o Acordo de Schengen (convenção entre países europeus sobre uma política de abertura das fronteiras e livre circulação de pessoas entre os países signatários) foi assinado há precisamente 36 anos, em 14 de junho de 1985.

Ursula von der Leyen salientou que este novo documento tem como propósito apoiar os países após o período mais difícil da pandemia, em que houve grandes restrições nas viagens. “Desenvolvemos este certificado em tempo recorde. Vai fazer com que viajar seja mais fácil e vai dar de volta aos europeus as liberdades que tanto estimam”, afirmou ela.

O presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli, disse que essa resposta constitui um “instrumento justo” que permite a todos os cidadãos, de forma “igualitária e não discriminatória, um regresso à vida normal”. ABR

Economia cresce 0,44% em abril, abaixo das expectativas do mercado, diz BC



Depois de registrar queda em março, a economia voltou a crescer em abril. De acordo com o indicador IB-C-Br do BC, que mede o desempenho da atividade econômica, houve alta de 0,44% no mês. Os dados divulgados nesta segunda-feira (14).

O resultado, entretanto, ficou abaixo das expectativas de economistas consultados pela Reuters, que previam alta de 0,55%.

Em março deste ano, mês marcado por novas rodadas de lockdowns em razão do agravamento da pandemia de Covid-19, a economia encolheu 1,6%, segundo o indicador.

Em relação a abril do ano passado, pior mês da série

histórica, a atividade cresceu 15,92%. No acumulado dos últimos 12 meses, no entanto, a atividade caiu 1,20%.

Nos quatro primeiros meses deste ano, o setor produtivo acumulou crescimento de 4,77%.

O número é calculado com ajuste sazonal, que remove especificidades de um mês, como número de dias úteis, para facilitar a comparação com outros períodos. Os dados podem ser diferentes dos informados anteriormente porque a série passa por revisões frequentes.

Após o início da pandemia, o fechamento dos comércios e o distanciamento social afetaram a economia. Com a reabertura e flexibili-

zação das medidas restritivas, a atividade entrou em ritmo de recuperação, que foi novamente impactado com os novos lockdowns.

Em março do ano passado, quando o vírus chegou ao país, houve redução de 5,90% no setor produtivo, segundo informado na época, já sob efeito do distanciamento social. Após a última revisão, a variação foi para queda de 4,50%.

O pior resultado foi registrado em abril de 2020, quando a economia caiu 9,73% (9,49% com revisão), nível mais baixo desde outubro de 2006 e maior queda entre um mês e outro em toda a série histórica, iniciada em 2003.

Larissa Garcia/Folhapress

Pequenas empresas fecham as portas sem acesso a crédito



As dificuldades já comuns às empresas menores foram agravadas pelo prolongamento da pandemia. Para alguns setores, nem mesmo a flexibilização das restrições garantiu algum alívio para a geração de caixa.

Para a empresária Alessandra Pedroni, 49, os últimos 15 meses têm sido de sufoco, acúmulo de dívidas, corte de despesas e nenhuma ajuda, seja dos governos, em forma de descontos ou isenções, seja via financiamento bancário.

Dona de dois buffets infantis na capital paulista, ela viu a renda cair a praticamente zero da noite para o dia.

“São 15 meses pratica-

Renda média no Brasil cai abaixo de R\$ 1 mil pela 1ª vez em 10 anos

Com o impacto da pandemia no mercado de trabalho, a desigualdade alcançou nível recorde no país. Ou seja, a diferença que separa os ganhos de ricos e pobres ficou ainda maior durante a crise sanitária.

Os dados integram a pesquisa “Bem-Estar Trabalhista, Felicidade e Pandemia”, divulgada nesta segunda-feira (14) pelo centro de estudos FGV Social. O levantamento considera estatísticas desde 2012.

O salto na desigualdade é medido pelo Índice de Gini. Na escala de Gini, zero significa igualdade de renda. Quanto mais próximo de um, maior é a desigualdade. Na prática, uma alta no indicador sinaliza piora nas condições socioeconômicas.

No primeiro trimestre de 2020, fase inicial da pandemia, o índice estava em 0,642. Os cálculos levam em conta a média móvel de qua-

tro trimestres.

No primeiro trimestre deste ano, o indicador alcançou a marca de 0,674, a maior da série analisada.

“A literatura considera este movimento um grande salto de desigualdade”, aponta o estudo assinado pelo economista Marcelo Neri, diretor do FGV Social.

O pesquisador reforça que a Covid-19 agravou um quadro que já preocupava antes de 2020: o aumento da desigualdade, que antes já vinha crescendo devido aos impactos da recessão de 2015 e 2016 no mercado de trabalho.

“A situação piorou agora. A pandemia veio em um momento de fragilidade trabalhista”, ressalta Neri. “O resultado é pior do que uma década perdida. Andamos para trás”, acrescenta.

A pesquisa do FGV Social ainda mostra que a renda média do trabalho tampouco ficou imune aos prejuízos da Covid-19.

Leonardo Vieceli/Folhapress



mente sem trabalho. Hoje eu consigo cerca de 20% do que eu faturava”, diz a empresária.

Para manter um nível mínimo de renda, Alessandra passou a administrar as redes sociais de empresas de amigos e mantém um serviço de entrega de refeições, utilizando a cozinha de um dos buffets para a produção.

Nesse período, os filhos da empresária deixaram a escola particular em que estudavam e o plano de saúde já foi alterado por duas vezes, na tentativa de reduzir a despesa.

“Nosso setor não teve ajuda nenhuma. Teve o Pronampe [linha de crédito voltada a pequenas empresas] e o governo [de São Paulo]

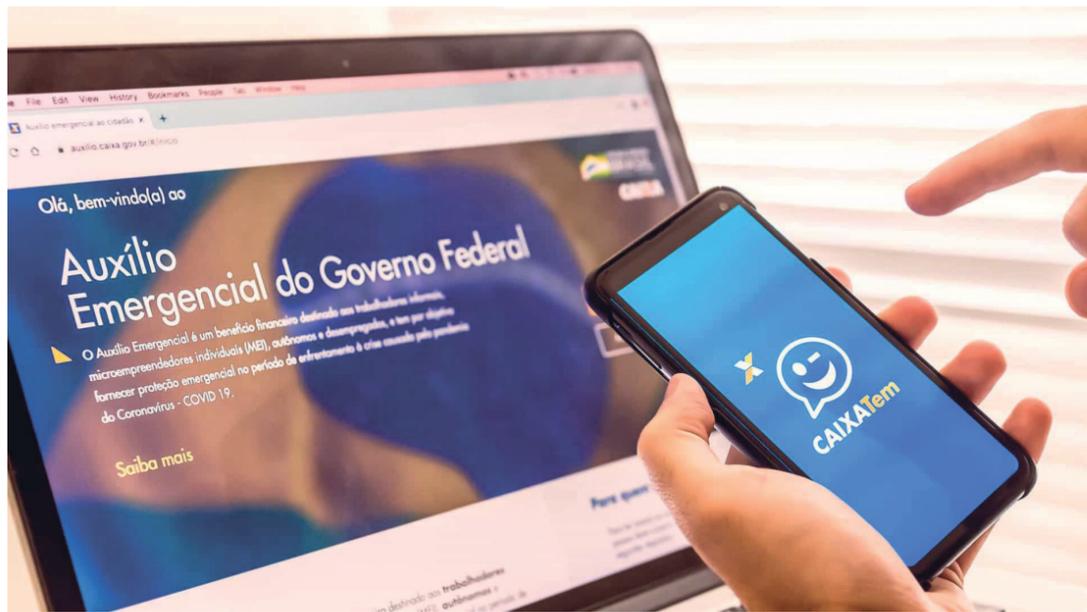
anunciou um programa para o segmento de turismo e eventos, mas não pode ter o nome sujo [para acessar]. Como que eu fico todo esse tempo sem trabalhar e ainda tenho nome limpo?”, questiona.

O Pronampe foi lançado o ano passado pelo governo e tornado permanente em 2021. Os bancos emprestam o dinheiro, mas os recursos são garantidos pelo FGO (Fundo Garantidor de Operações), que teve aumentada a participação da União.

Segundo dados da Serasa, os pedidos de falência no setor de serviços chegaram a quase dobrar em março deste ano na comparação com o mesmo período de 2020. Folhapress

Política

Governo pagará mais três meses de auxílio emergencial, diz Guedes



O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que o auxílio emergencial será prorrogado por três meses. Segundo ele, a decisão considera que a população adulta estará vacinada contra a Covid-19 até outubro.

De acordo com o ministro, o presidente Jair Bolsonaro baterá o martelo sobre a medida após se informar com o Ministério da Saúde e receber a decisão do Ministério da Cidadania, que é responsável pela gestão do programa.

Na última semana, a equipe econômica havia fechado uma proposta para prorrogar o auxílio a informais por dois meses. O custo estimado era de R\$ 18 bilhões.

Em seguida, Guedes afirmou em videoconferência na

terça-feira (8) que a assistência poderia ser renovada por mais dois ou três meses. Agora, ficou decidido que o prazo será de três meses.

A rodada atual do auxílio tem quatro parcelas, que começaram a ser pagas em abril e serão encerradas em julho. Com a renovação, os repasses seguirão até outubro.

Para efetivar a proposta, o governo deve editar uma Medida Provisória para estender o auxílio. A ideia é manter o público beneficiado e os valores das parcelas. Hoje o benefício varia de acordo com a composição familiar, com parcelas que variam de R\$ 150 a R\$ 375 por mês.

Na rodada atual, cada parcela da assistência tem custo estimado de R\$ 9 bilhões. Portanto, a prorrogação deve

ter impacto de R\$ 27 bilhões às contas do governo federal.

De acordo com técnicos do Ministério da Economia, cerca de R\$ 7 bilhões devem sobrar da rodada atual. Desse modo, o novo ciclo de pagamentos deve exigir uma liberação adicional de R\$ 20 bilhões.

O valor é considerado baixo pela equipe econômica. Em 2020, o auxílio emergencial teve custo total de quase R\$ 300 bilhões.

A liberação dos recursos será feita por meio de crédito extraordinário, mecanismo usado em situações consideradas urgentes e imprevisíveis. Essa despesa não é contabilizada no teto, regra que limita as despesas do governo.

Bernardo Caram/Folhapress

Promotoria decide investigar líderes de motociata com Bolsonaro em SP por falta de máscaras contra Covid

O Ministério Público de São Paulo instaurou, nesta segunda-feira (14), um inquérito civil para investigar Jackson Vilar e demais organizadores da motociata de Jair Bolsonaro em São Paulo, no sábado (12).

Com base em reportagens e imagens do evento, o MP aponta que Bolsonaro e seus apoiadores deixaram de cumprir normas sanitárias, sobretudo o uso de máscara, procedimento classificado pelo promotor de Justiça Arthur Pinto Filho como “o mínimo civilizatório em tempos pandêmicos”.

“O presidente da República agiu como sempre age no país, desrespeitou regras vigentes de trânsito (consta que sua moto estava com a placa coberta e o mandatário máximo do país se utilizou de capacete irregular), violou lei federal e decretos estaduais que têm como objetivo minorar os efeitos da pandemia, vituperou contra máscaras de proteção facial, distanciamento social”, diz o promotor.

Arthur Pinto Filho ressalta, porém, que não cabe

a ele a investigação do presidente, mas a de organizadores e apoiadores sem foro privilegiado -que também agiram contra as regras apontadas pelo Ministério da Saúde e obrigatórias, como o uso de máscara, determinado por decreto estadual.

O promotor determinou que o procedimento seja enviado ao Ministério Público Federal para que o órgão tome as medidas que julgar necessárias em relação às autoridades com foro privilegiado.

“E este desrespeito às referidas normas legais é seguido pelas pessoas que o acompanham nos eventos e nos palanques e que obviamente o apoiam”, diz o promotor.

O governo João Doria (PSDB) autuou Bolsonaro por não usar máscara. O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente, e o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes, também foram autuados.

O Governo de SP afirma que equipes da Saúde e Segurança Pública flagraram os três sem máscara. O valor da autuação é de R\$ 552, 71.

Carolina Linhares/Folhapress

Câmara discute adesão do Brasil à convenção de crimes cibernéticos



A Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública ontem (14) para avaliar a proposta de adesão do Brasil à Convenção sobre o Cibercrime, também chamada de Convenção de Budapeste, em referência ao local de assinatura, em 2001.

A convenção recebeu até o momento a adesão de 66 países. Ela elenca tipos de ilícitos criminais relacionados a tecnologias da informação e fixa procedimentos para a cooperação internacional neste tema e procedimentos de acesso a provas e informações por um país fora de sua jurisdição.

O país foi convidado a assinar o tratado internacional. O governo federal iniciou o processo em 2019. Agora cabe ao Congresso Nacional avaliar a participação ou não do Brasil no tratado.

O chefe da Divisão de Combate ao Crime Transnacional (DCIT) do Ministério das Relações Exteriores, Eric do Val Lacerda Sogocio, declarou que o Itamaraty entende como momento adequado de aderir à convenção como forma de facilitar que órgãos de persecução penal tenham mais condições para obter informações e provas.

“Também como parte da convenção, o Brasil passaria a receber o reconhecimento de que suas leis e políticas

de combate ao crime cibernético são compatíveis com as normas internacionais, o que reforça a imagem de parceiro confiável. O país passaria a participar do protocolo sobre prova eletrônica, que atualiza a convenção e padrões para intercâmbios para esse tipo de informação”, explicou.

A diretora do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sílvia Amélia Fonseca de Oliveira, manifestou-se em sentido semelhante.

O relator da matéria, deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR), informou que já entregou seu parecer.

Jonas Valente/ABR

Ganho de escala: a nova rotina das start-ups após a enxurrada de aquisições por gigantes do varejo



A enxurrada de aquisições de start-ups por grandes varejistas já muda a rotina destas pequenas empresas de tecnologia inovadoras. Em um universo em expansão, que já reúne 13.813 start-ups no país, ao menos 26 foram alvo de aquisições de companhias como B2W, Magalu e Via (antiga Via Varejo, dona de Casas Bahia e Ponto Frio) desde o ano passado.

Da noite para o dia, a dezena de funcionários passou a fazer parte de uma equipe de milhares. O que era decidido em minutos agora precisa ser comunicado a várias diretorias ou debatido em reuniões. Em compensação, a infraestrutura e a rede de contatos se multiplicaram.

Executivos de start-ups

que se juntaram a grandes nomes do comércio afirmam que, passado o choque inicial de culturas, o caminho é mesmo manter o espírito de empresa de tecnologia. O boom do e-commerce na pandemia fez com que o consumidor deixasse de lado o hábito de flunar entre vitrines e decidisse em segundos a oferta certa para clicar e comprar.

A competição entre varejistas impôs um senso de urgência na busca por soluções inovadoras. O caminho foi aglutinar quem tinha respostas prontas e não para de correr atrás de novas formas de solucionar problemas.

Marco Zolet, CEO do SuperNow, plataforma de marketplace de supermercados, conta que o match com a cultura da B2W foi importan-

te na decisão de vender a empresa em janeiro do ano passado. Integrar as atividades exigiu adequação a uma série de processos internos da varejista. A empresa passou para o escritório físico da companhia em São Paulo, embora o home office ainda seja adotado pela maior parte da equipe.

— Éramos uma empresa pequena passando a fazer parte de um grande grupo. Tivemos um tempo para integrar os sistemas e entender a forma de pensar da companhia. Mas mantemos nossa velocidade e cultura de start-up, vendo oportunidades de crescimento dentro dos ativos da B2W — diz o fundador, que também é head da Americanas Mercado, voltada para compra e entrega de produtos do dia a dia.

O Globo

MadeiraMadeira compra startup de logística e abre sua temporada de aquisições

Em janeiro, quando anunciou um aporte de US\$ 190 milhões liderado pelo Softbank e pela Dynamo, a MadeiraMadeira abriu a temporada de unicórnios brasileiros em 2021. Cinco meses depois, com o caixa reforçado, a plataforma online de móveis e produtos para casa está inaugurando uma agenda de aquisições.

A empresa anuncia nesta quarta-feira, 9 de junho, a compra da iTrack Brasil, startup paulistana de softwares para logística. A transação é a primeira aquisição da MadeiraMadeira e marca o início de uma estratégia de crescimento inorgânico da empresa.

O valor da transação não foi revelado. Pelos termos do acordo, que envolveu dinheiro e troca de ações, Daniel Drapac, fundador da iTrack

Brasil, permanecerá no comando da startup, que seguirá operando de forma independente, mas compartilhará estruturas de backoffice com a MadeiraMadeira.

“A logística é um dos pilares para destravar o potencial da nossa categoria, que tem entregas muito complexas”, diz Daniel Scandian, cofundador e CEO da MadeiraMadeira, ao NeoFeed. “E a compra da iTrack está alinhada com a necessidade de incorporar tecnologias para lidar com essa questão.”

A aproximação entre as duas empresas teve início quando a MadeiraMadeira passou a adotar parte dos sistemas da iTrack Brasil. A empresa viu nesse portfólio uma alternativa para antecipar o desenvolvimento de softwares destinados à sua área de logística.

NeoFeed



Punida pelo Facebook, startup da Stone diz que corre risco de falir se não voltar ao ar



Era por volta das 18 horas de quinta-feira, 10 de junho, quando todas as páginas do Facebook e do Instagram que usavam a ferramenta de mídia social da startup mLabs tiveram os seus posts ocultados. O aplicativo da empresa, que permite a publicação e agendamento de posts em diversas redes sociais, também foi desativado.

De uma hora para outra, 332 mil páginas do Facebook que usavam a ferramenta mLabs e 39 milhões de posts sumiram. Pior: não são apenas conteúdos dos atuais clientes da startup, da qual a Stone é dona de 50%. Até os conteúdos de empresas e pessoas que já não utilizam

a ferramenta saíram do ar.

Agora, a mLabs está em uma corrida para tentar entender o que aconteceu e para conseguir fazer com que os posts e o aplicativo voltem ao ar. Do contrário, a companhia diz que corre o risco de falir. “Podemos quebrar”, disse Rafael Kiso, fundador e CMO da mLabs, ao NeoFeed. “Fomos praticamente banidos do Facebook.”

De acordo com o empreendedor, a mLabs entrou em contato com a equipe local do Facebook, que informou que a decisão de punir a startup veio de fora.

A explicação foi que a startup está infringindo um dos termos do Facebook ao pedir login para fazer agenda-

mento do Instagram Stories. Mas, diz Kiso, quem concede a permissão é o próprio usuário, em uma prática comum no mercado.

“A nossa surpresa é que tivemos essa penalidade sem diálogo e sem aviso”, afirma Kiso. “Foi uma decisão unilateral e arbitrária. O nosso apelo, agora, é que isso é uma injustiça com nossos clientes. Eles não têm nada a ver com isso.”

Procurado, o Facebook informou, por meio de nota, que “a mLabs estava envolvida em coleta não autorizada de dados e de credenciais de usuários, o que são violações dos termos de uso do Facebook e do Instagram.”

NeoFeed

Global Payments South América, Brasil – Serviços de Pagamentos S.A.

CNPJ/MF nº 12.135.061/0001-45

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

Prezados Acionistas: Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Global Payments, referente ao exercício fiscal terminado em 31/12/2020. Após sete anos de entrada no mercado brasileiro, a Global Payments, presente em mais de 32 países, reflete a solidez de uma marca líder e estabelecida ao redor do mundo como uma alternativa eficiente para serviços de pagamentos e ao mercado de Adquirência nacional. Somos uma empresa responsável, hábil e consistente, pronta para se consolidar também no Brasil, mantendo sempre o foco e atenção aos nossos clientes e valorizando nossos parceiros. O agradecimento especial será sempre ao nosso colaborador, que enfrentou as adversidades da pandemia de forma exemplar. Apesar do cenário ainda crítico por conta da pandemia,

a Global Payments tem muito a oferecer aos seus clientes e à sociedade em geral, com a consciência de que terá que superar sempre muitos desafios, com a garra e a perseverança que lhe é peculiar culturalmente. **Mensagem da Administração:** No final de 2019, o ano de 2020 parecia um promissor devido às expectativas relacionadas a novos projetos e de novos negócios. Entretanto, a pandemia iniciada no fim do primeiro trimestre e seus respectivos impactos na economia brasileira, principalmente os fechamentos sucessivos do comércio, levou a companhia a uma realidade extremamente desafiadora e completamente inédita, desde colaboradores tendo que trabalhar em casa através de reuniões virtuais, até uma paralisação radical na atividade econômica gerando uma incerteza enorme no ar. Com o

escritório físico fechado, nos deparamos com uma necessidade ainda maior de olhar para nossos custos, diminuir despesas, acarretando reduções significativas no nosso quadro de colaboradores. Todo este novo cenário forçou a companhia a rever todos as suas expectativas para 2020 para conseguir se adequar ao novo cenário econômico do País. Sempre preocupados com a saúde e o bem-estar de nossos colaboradores, adotamos o trabalho no esquema de "Home Office", proibindo ou limitando radicalmente eventuais idas ao escritório, viagens, e quaisquer tipo de ação ou evento que pudesse, de qualquer forma, gerar aglomeração. Essas medidas foram adotadas para gerar uma efetiva redução no risco de contaminação por coronavírus e assim evitar a perda de vidas e colaboradores. Com este cenário, o resul-

tado da Companhia sofreu brutalmente com a pandemia em 2020. Como medidas que asseguraram sua sobrevivência e saúde financeira, houve limitações quanto à efetivação de antecipações a lojistas, assim como repasse ao mercado do aumento do custo de captação por parte dos bancos, como formas de proteger o balanço e o fluxo de caixa da Companhia. Apesar de todo esse cenário desafiador, a Global Payments Brasil não desistiu do quesito inovação, lançando as bases dos novos terminais contactless, com conexão 4G e tecnologia de ponta, os quais já causaram forte efeito de crescimento nos credenciamentos do 1º Trimestre de 2021.

Athos Marcelo de Belém Dourado
Diretor Financeiro

Ativos	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	119	41	31.572
Contas a receber de estabelecimentos comerciais	6	-	-	1.047.731
Tributos correntes a recuperar	7	421	323	4.570
Adiantamento a funcionários e fornecedores	3	28	31	39
Despesas antecipadas	8	83	66	290
Outros	-	-	1	(49)
Total do ativo circulante	626	458	1.084.195	652.622
Contrato de Garantia	-	-	1.593	1.593
Depósitos judiciais	18,d	612	550	25.396
Ativos fiscais diferidos	21	-	-	8.978
Contas a receber de partes relacionadas	17	25.586	37.525	-
Imobilizado de Uso	10	620	671	3.715
Ativo Direito de Uso	10,1	785	1.359	785
Ativos Intangíveis	11	26	44	17.654
Total do ativo não circulante	27.629	40.149	58.121	55.101
Total do ativo	28.255	40.607	1.142.316	707.723

Passivos	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Obrigações sociais e trabalhistas	12	194	333	818
Contas a pagar a estabelecimentos comerciais	13	-	-	1.107.153
Bandejas	14	-	-	950
Fornecedores	15	871	576	3.742
Obrigações fiscais	24	21	7.055	5.059
Empréstimos e financiamentos	10,1	264	303	264
Outras obrigações	22	-	-	51
Cessão de crédito com coobrigação	-	-	-	-
Outras provisões	16	178	1.056	1.834
Contingências	18	1.636	2.310	7.065
Total do passivo circulante	3.189	4.599	1.128.932	676.899
Provisão para perdas em contrato	9	24.360	18.511	-
Contingências	18	-	-	15.383
Total do passivo não circulante	24.980	19.638	16.003	16.510
Patrimônio líquido	19	181.364	181.364	181.364
Capital social	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	-	(181.278)	(164.994)	(164.994)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	86	16.370	86	16.370
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(2.705)	(2.056)
Total do patrimônio líquido	86	16.370	(2.619)	14.314
Total do passivo e patrimônio líquido	28.255	40.607	1.142.316	707.723

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

1. Contexto operacional – A Global Payments – South América Brasil – Serviços de Pagamento S.A. (“Companhia” ou “Grupo”) instalada na Rua Dos Pinheiros nº 610 situada na cidade de São Paulo no bairro Pinheiros, foi constituída em 21/06/2010, no Brasil e tem como objetivo principal a prestação de serviços de coordenação de pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados por meio de captura, transmissão, processamento de dados e liquidações oriundas do uso de cartões de crédito e de débito, bem como a manutenção dos agendamentos destas transações em sistemas eletrônicos; a celebração de acordos com estabelecimentos credenciados para facilitar a prestação dos serviços de processamento de pagamentos e recebimentos; o credenciamento de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços para a aceitação de crédito ou de débito; o fornecimento, o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos para a captura, transmissão e processamento de dados referentes às transações oriundas do uso de cartões de crédito e de débito; a participação direta ou indireta no capital de outras sociedades brasileiras ou estrangeiras, como sócia ou acionista, para a consecução de seu objeto social; e o desenvolvimento de outras atividades relacionadas a este objeto social, de interesse da Companhia. Em 05/09/2013, a reunião de quotistas decidiu por unanimidade pela transformação da Companhia em uma Sociedade por Ações de Capital Fechado que passou então a denominar-se Global Payments – South América Brasil – Serviços de Pagamento S.A. A Companhia encontra-se em fase de expansão e crescimento de suas operações e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, que está suportado por um plano de negócios formalizado que considera a expectativa de crescimento no volume de transações capturadas pela Companhia com a consequente geração de lucros futuros. O plano também considera a expectativa de aportes de capital pelos controladores, sendo que o primeiro foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 26/07/2014 com o aumento do capital social da companhia em R\$ 17.400 mil integralizados em 2014. Em 17/03/2015 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da companhia de R\$ 39.076 mil para suporte das obrigações. Em 04/08/2017 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária um novo aumento do capital social da companhia de R\$ 50.000 mil. Por fim em 13/03/2019 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária um novo aumento do capital social da companhia de R\$ 37.000 mil. A empresa espera atingir o primeiro resultado positivo para o exercício de 2021. O plano de negócios formalizado para a Global Payments – Serviços de Pagamentos S.A. está suportado por um plano de negócios formalizado que considera crescimento no volume de captura de transações com cartões de crédito e débito, aumento da força de vendas e parcerias com novas bandeiras, ocasionando crescimento e resultado positivo futuro. **Eventos significativos do período:** O ano de 2020 começou totalmente atípico em relação às nossas expectativas, pois logo no fim de janeiro a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) era e continua sendo uma emergência de saúde a nível global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e nível global. O setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram a grau de incerteza para os agentes econômicos e desde então tem gerado impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Considerando toda situação que vivemos da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais que fizemos para o ano de 2020 foi duramente afetada e tivemos que revisar todo nosso planejamento. Contudo devido a imprevisibilidade e a evolução do surto e dos seus impactos, não é razoável na prática fazer uma estimativa muito precisa do efeito financeiro futuro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: 1. Trabalho profundo de revisão de gastos visando reconhecimentos dos contratos com os fornecedores da Companhia e cortes em despesas não essenciais; 2. Suspensão de novas contratações de pessoal; 3. Reestruturação das condições dos empréstimos e financiamentos da Companhia com instituições financeiras, assim como dos prazos de pagamentos a fornecedores e antecipações requisitadas pelos lojistas, para mitigar eventuais riscos de liquidez. Dentre as principais medidas, a aproximação dos prazos de cessão e antecipação nas operações diárias de financiamento foi chave para assegurar a sobrevivência da companhia durante os vários períodos de restrições impondo fechamento do comércio. Por fim a empresa também está revendo o planejamento estratégico de vendas para se adequar ao momento e se preparar para uma retomada do consumo no segundo semestre de 2021 e início de 2022. **2. Relação com entidades controladas** – Em 31/12/2013 a Global Payments South América Brasil – Serviços de Pagamentos passou a ter o controle da Global Payments – Serviços de Pagamentos S.A. conforme o detalhamento abaixo: **Constituição da Global Payments – Serviços de Pagamentos S.A.** Em 22/02/2013, a Companhia concluiu a constituição da Global Payments – Serviços de Pagamentos S.A., a qual possui 90% das ações do capital votante dessa entidade que tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados a captura de transações com cartões de crédito e de débito, bem como a prestação de serviços correlatos, tais como o credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços, o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos e a coleta de dados e de processamento de transações eletrônicas. **3. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis** – **3.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil encontram-se em conformidade com a legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 02/06/2021. **3.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor e os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício, quando aplicável. **3.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em moeda nacional (R\$, Real), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.4. Valores em moeda estrangeira ou sujeitos à atualização monetária:** Os ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data de encerramento do balanço. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no resultado do exercício, na rubrica “Variação cambial” pertencente ao grupo de resultado financeiro, quando aplicável. Ativos e passivos não financeiros adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado. Os ativos e passivos em reais (R\$) e sujeitos à indexação contratual ou legal, são corrigidos na data do balanço pela aplicação do índice de correção correspondente. Ganhos e perdas decorrentes de variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício em bases correntes. **3.5. Uso de estimativas:** As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras, as quais são revisadas anualmente pela administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões necessárias para determinação de provisão para perda do valor recu-

perável, ativo imobilizado, ativo intangível, impostos diferidos e provisão para risco. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **3.6. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa podem incluir caixa, depósitos bancários e outros investimentos imediatamente conversíveis em caixa e com prazo de vencimento igual ou inferior há 90 dias a contar da data de aquisição e com baixo risco de mudança de valor, utilizados no pagamento das obrigações de curto prazo. **3.7. Instrumentos financeiros: 3.7.1. Classificação:** O Grupo pode classificar seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de resultados abrangentes e valor justo por meio de resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e suas características contratuais. A administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial. **3.7.2. Contas a Receber:** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados inicialmente pelo preço da transação e acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos são medidos pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). **3.7.3. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação (data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo). Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **3.7.4. Provisões para perdas esperadas:** A Companhia avalia no final de cada período se há evidência de perdas esperadas referente aos seus ativos financeiros. Após o reconhecimento inicial dos ativos poderá ser estimado de maneira confiável (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros. Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda esperada incluem: (a) Dificuldade financeira relevante do emissor dos cartões; (b) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (c) Torna-se provável que o banco emissor declare falência ou outra reorganização financeira; (d) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; (e) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • Mudanças adversas na situação do pagamento dos bancos emissores; • Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Caso, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **3.8. Contas a receber de bancos emissores e contas a pagar a estabelecimentos comerciais:** Os valores a receber junto aos bancos emissores de cartões são ativos financeiros, com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativos circulantes, com prazo de vencimento igual ou inferior a 12 meses da data base do balanço. Esses montantes referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito emitidos por instituições financeiras licenciadas pelas bandeiras. O saldo de contas a receber de bancos emissores está líquido das taxas de intercâmbio cobradas pelos próprios bancos emissores. O Contas a pagar aos estabelecimentos comerciais são passivos financeiros, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como passivos circulantes, com prazo de vencimento igual ou inferior a 12 meses da data base do balanço. Esses montantes referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares dos cartões em estabelecimentos credenciados pertencentes ao sistema da Companhia. O saldo de contas a pagar a estabelecimentos está deduzido das taxas cobradas pela Companhia, bandeiras e bancos emissores. De forma geral, o prazo de liquidação dos valores a receber junto aos bancos emissores é de 28 dias para transações a crédito e de 2 dias para transações a débito e o prazo médio de liquidação da Companhia com os estabelecimentos comerciais é de 30 dias. **3.9. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **Vida útil:** Benefícios em Propriedade de Terceiros – 25 anos; Móveis e Utensílios – 10 anos; Equipamentos de Microinformática – 5 anos; Terminais POS/Pinpad – 5 anos. **3.10. Direito de uso:** O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 01/01/2019. A Sociedade avaliou os impactos em suas demonstrações financeiras e adotou suas práticas a partir da data de efetivação da norma. **a. Intangível:** São ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução aos valores recuperáveis acumulados, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. **Vida útil:** Sistema de Processamento de Transações – 5 anos; Software Operacional – 5 anos; Licença de bandeiras – 5 anos; Software (Web Service Portal) – 5 anos; Plataforma Global Payments – 5 anos. **b. Imposto de renda e contribuição social corrente:** A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, devido à exclusão de receitas não tributáveis ou despesas não dedutíveis, e exclusão de resultados negativos de exercícios anteriores (até 30% do lucro do exercício). A provisão para imposto de renda e contribuição social foi calculada individualmente com base em alíquotas de 15% para Imposto de renda e 9% para a contribuição social, as quais são vigentes ao fim do exercício conforme decreto 9.580/18. **c. Ativos fiscais diferidos:** Os ativos fiscais diferidos, também denominados como créditos tributários, são os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar em relação a compensação de prejuízos fiscais não utilizados limitado a 30% do lucro real apurado no período, a compensação destes ativos passou a ser feita na controlada a partir do segundo semestre de 2017. **d. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Quando a Companhia espera que parte ou toda provisão possa ser reembolsada, por exemplo, no âmbito de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando a expectativa de reembolso é praticamente certa. **Provisões para contingências:** As provisões para contingências, de quaisquer naturezas, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. As contingências são registradas de acordo com o estabelecido no CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. As provisões para contingências são constituídas sempre que a perda é avaliada como provável, o que ocasionaria a provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos são mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às informações intermediárias e os classificados como de perda remota não são provisionados nem divulgados. **e. Reconhecimento de receita:** Os reconhecimentos das receitas de serviços podem ser assim resumidos: **a. Receita Operacional:** A receita é reconhecida pelo regime de competência e mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos para as operações com as bandeiras. A receita é reconhecida na data da captura da transação em sua totalidade independente da data de liquidação com os estabelecimentos, a mesma prática é utilizada para as transações parceladas. **b. Receitas Financeiras:** A receita financeira de pré-pagamento é reconhecida pelo regime de competência e mensurada pelo valor justo das operações de antecipações de créditos a prazo para os estabelecimentos comerciais. **f. Cessão de crédito:** As operações de cessão de crédito são contabilizadas com base na modalidade da operação, sendo para as cessões com coobrigação e reconhecimento inicial do montante recebido em contrapartida a um passivo e os encargos apropriados ao longo do prazo da cessão, pela taxa de juros efetiva. Na modalidade sem coobrigação o montante recebido inicialmente é contabilizado em conta redutora das contas a receber pela transferência do direito e os encargos são apropriados no momento da contratação. **g. Empréstimos e financiamentos:** Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos são medidos pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva. **h. Novas normas emitidas adotadas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 01/01/2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia: • Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); • Concessões de Estructura Conceitual (Alterações ao CPC 15); • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26). **4. Demonstrações Financeiras Consolidadas** – As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os resultados da controlada adquirida durante o exercício são incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição. O saldo do resultado é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras mesmo se essas participações apresentarem resultado negativo. Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para adequar suas práticas contábeis aquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as Companhias do Grupo são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os saldos e as transações entre essas empresas. Para a controlada, foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controlada para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação dos acionistas não controladores. Relação de entidades controladas:

Receita operacional líquida	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	22	-	-	52.207
Custo dos serviços prestados	(5)	(1)	(53.100)	(45.336)
Resultado bruto	(5)	(1)	(93)	19.668
Despesas operacionais	24	(18)	(38)	(325)
Despesas gerais e administrativas	25	(10.610)	(15.221)	(27.215)
Despesas tributárias	27	(35)	(195)	(5.386)
Resultado de equivalência/Provisão em sociedade controlada	9	(5.849)	(4.185)	-
Outras despesas e receitas operacionais	249	-	202	(934)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(16.268)	(19.640)	(33.617)	(48.181)
Receitas e despesas financeiras	26	(17)	(3)	(29.338)
Receitas financeiras	26	1	-	29.338
Despesas financeiras	(17)	(3)	(3)	(29.338)
Lucro/Prejuízo antes de IRPJ/CSLL	(16.284)	(19.643)	(22.358)	(21.004)
IRPJ e CSLL – Corrente	20	-	-	5.424
IRPJ e CSLL diferido	20	-	-	896
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	(16.284)	(19.643)	(16.934)	(20.108)
Prejuízo líquido do exercício por ação	(0,1)	(0,1)	(0,1)	(0,2)
Atribuível a:				
Acionistas não controladores	-	-	(649)	(465)
Acionistas controladores	-	-	(16.934)	(20.108)

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Prejuízo líquido do exercício	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo líquido do exercício	(16.284)	(19.643)	(16.934)	(20.108)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	(16.284)	(19.643)	(16.934)	(20.108)
Atribuível a:				
Acionistas não controladores	-	-	(649)	(465)
Acionistas controladores	-	-	(16.934)	(20.108)

Global Payments – Serviços de Pagamentos S.A. País 2020 2019 2020 2019

5. Caixa e equivalentes de caixa

Recursos em contas correntes	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Recursos em contas correntes	8	-	11.158	3.957
Recursos em aplicação financeira	111	41	20.414	187
Total	119	41	31.572	4.144

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital realizado		Participação dos acionistas não controladores		Total do patrimônio líquido
	2020	2019	2020	2019	
Saldo inicial em 31/12/2018	144.364	(145.351)	(987)	(1.591)	(2.578)
Aumento de capital	37.000	-	37.000	-	37.000
Prejuízo do exercício	-	(19.643)	(19.643)	(465)	(20.108)
Saldo inicial em 31/12/2019	181.364	(164.994)	16.370	(2.056)	14.314
Prejuízo do exercício	-	(16.284)	(16.284)	(649)	(16.933)
Saldo inicial em 31/12/2020	181.364	(181.278)	86	(2.705)	(2.619)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Prejuízo do exercício	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Depreciação e amortização	10	11	425	418
Equivalência patrimonial	9	5.849	4.185</	

Global Payments South América, Brasil – Serviços de Pagamentos S.A.

Contas a receber – transações parceladas e agendadas Hiper e Elo

Prazo (*)	2020		2019		Total
	Transações Crédito (Bandeira Hiper)	Transações Crédito (Bandeira Elo)	Transações Crédito (Bandeira Hiper)	Transações Crédito (Bandeira Elo)	
de 1 a 28	38.255	32.808	71.063	17.591	14.934
de 29 a 60	16.916	10.468	27.384	16.822	12.908
de 61 a 90	11.578	5.270	14.878	11.336	8.045
de 91 a 120	9.605	5.270	14.878	7.140	5.875
de 121 a 150	7.472	3.785	11.258	7.193	4.634
de 151 a 180	5.628	2.690	8.318	5.359	3.513
de 181 a 210	4.533	2.091	6.624	4.407	2.833
de 211 a 240	3.256	1.486	4.742	3.149	2.066
de 241 a 270	2.008	904	2.912	2.098	1.387
de 271 a 300	968	414	1.382	973	665
de 301 a 330	443	179	622	465	316
de 331 a 365	56	22	78	55	34
Total	100.719	66.886	167.605	77.988	57.210

Contas a receber – transações parceladas e agendadas Cabal e Amex

Prazo (*)	2020		2019		Total
	Transações Crédito (Bandeira Cabal)	Transações Crédito (Bandeira Amex)	Transações Crédito (Bandeira Cabal)	Transações Crédito (Bandeira Amex)	
de 1 a 28	66	760	828	15.731	10.194
de 29 a 60	21	122	143	12.937	10.352
de 61 a 90	14	64	78	6.689	4.688
de 91 a 120	11	50	61	6.266	5.336
de 121 a 150	7	33	40	4.238	4.124
de 151 a 180	5	16	21	2.235	1.645
de 181 a 210	3	13	17	2.284	1.645
de 211 a 240	2	10	12	1.762	1.645
de 241 a 270	1	8	9	1.658	1.645
de 271 a 300	–	4	4	517	40
de 301 a 330	–	2	3	208	–
de 331 a 365	–	–	–	–	–
Total	134	1.082	1.215	55.521	43.094

7. Tributos correntes a recuperar

	2020	2019	2020	2019
IIRPJ e contribuição social	323	323	323	323
Auto Retenção de IRRF	–	–	–	–
Provisões Impostos Elo	–	–	–	–
FGTS a Recuperar	6	–	–	–
INSS a Recuperar	92	–	–	–
Total	421	323	323	323

8. Despesas antecipadas – São contabilizadas nas aplicações de recursos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e serão apropriadas ao resultado, conforme a vigência dos respectivos contratos.

	2020	2019	2020	2019
Prêmios de Seguros a Apropriar	15	18	15	18
Outras despesas a apropriar	68	48	275	172
Licença de provedores	–	–	–	–
Total	83	66	290	234

9. Participação em sociedade controlada – As principais informações sobre a controlada Global Payments – Serviços de Pagamentos S.A. referente ao valor de investimento e o resultado de equivalência patrimonial registrados nas demonstrações financeiras individuais estão demonstradas no quadro abaixo:

	2020	2019	2020	2019
Global Payments – Serviços de Pagamentos S.A.	2.010 (29.075)	(6.499)	90	(5.849)
Total	2.010 (29.075)	(6.499)	90	(5.849)

	2020	2019	2020	2019
Global Payments – Serviços de Pagamentos S.A.	2.010 (22.577)	(4.650)	90	(4.185)
Total	2.010 (22.577)	(4.650)	90	(4.185)

10. Imobilizado de Uso

	2020	2019	2020	2019
Imobilizado em operação	965	1.004	21.176	23.654
Benefitárias em propriedade de terceiros	693	694	713	714
Móveis e utensílios	258	261	258	261
Equipamentos POS	–	–	19.949	22.388
Equipamentos de microinformática	14	49	14	49
Equipamentos pinpad	–	–	242	242
(-) Depreciação acumulada	(345)	(333)	(17.461)	(16.765)
(-) Depreciação de benefitárias em propriedade de terceiros	(136)	(111)	(138)	(112)
(-) Depreciação de móveis e utensílios	(136)	(173)	(195)	(173)
(-) Depreciação de equipamentos POS	–	–	(16.944)	(16.295)
(-) Depreciação de equipamentos de microinformática	(14)	(49)	(14)	(49)
(-) Depreciação de equipamentos pinpad	–	–	(170)	(136)
Total do imobilizado	620	671	3.715	6.889

A seguir demonstramos a movimentação do ativo imobilizado:

	2020	2019	2020	2019
Custo	694	261	49	1.004
(+) Adições	–	–	–	–
(-) Baixas	(1)	(3)	(35)	(39)
Saldo em 31/12/2020	693	258	14	965
Depreciação	(110)	(173)	(49)	(332)
(+) Adições	(28)	(26)	–	(54)
(-) Baixas	2	4	35	41
Saldo em 31/12/2019	(136)	(195)	(14)	(345)
Saldo final líquido 31/12/2020	557	63	–	620

	2020	2019	2020	2019
Custo	9.218	1.080	35	10.813
(+) Adições	3.430	1.395	–	1.799
(-) Baixas	(7)	(2.150)	–	(73)
Saldo em 31/12/2020	12.639	325	35	12.612
Amortização	(4.671)	–	(20)	(5.904)
(+) Adições	(1.856)	–	(7)	(1.931)
(-) Baixas	1	–	–	–
Saldo em 31/12/2020	(6.526)	–	(27)	(7.834)
Saldo final líquido 31/12/2020	6.113	325	8	4.778

	2020	2019	2020	2019
Custo	150	30	180	180
(+) Adições	–	–	–	–
Saldo em 31/12/2019	150	30	180	180
Depreciação	(105)	(11)	(11)	(116)
(+) Adições	(14)	(6)	(20)	(17)
Saldo em 31/12/2019	(119)	(17)	(31)	(133)
Saldo final líquido 31/12/2019	31	13	149	47

	2020	2019	2020	2019
Custo	16.900	16.900	34.279	34.279
(+) Adições	1.788	833	–	1.812
(-) Baixas	(2)	(604)	–	(606)
Saldo em 31/12/2019	18.686	17.129	34.279	35.485
Amortização	(13)	(4.142)	(7.286)	(14.776)
(+) Adições	(1.336)	(7)	(3.561)	(6.666)
(-) Baixas	–	–	–	–
Saldo em 31/12/2019	(1.349)	(4.149)	(10.847)	(21.442)
Saldo final líquido 31/12/2019	17.337	12.980	23.432	14.043

	2020	2019	2020	2019
Obrigações sociais e trabalhistas	11	18	48	49
Obrigações trabalhistas	29	54	104	148
Obrigações previdenciárias	23	43	92	128
Provisão para férias e encargos	131	218	574	755
Total	194	333	818	1.080

Contas a pagar – transações agendadas e a processar Bandeira Hiper e Elo

Dias para Repasse aos Estabelecimentos	2020		2019		Total
	Transações Crédito (Bandeira Hiper)	Transações Crédito (Bandeira Elo)	Transações Crédito (Bandeira Hiper)	Transações Crédito (Bandeira Elo)	
1 a 30	14.607	14.154	28.761	14.772	17.639
31 a 60	10.010	5.348	15.358	9.504	9.108
61 a 90	7.212	3.204	10.416	7.847	6.948
91 a 120	5.470	2.179	7.648	5.810	4.691
121 a 150	3.986	1.527	5.513	4.905	3.592
151 a 180	3.818	1.152	4.970	3.608	2.588
181 a 210	2.595	571	3.166	5.276	3.329
211 a 240	1.977	375	2.352	3.986	2.525
241 a 270	1.651	374	2.025	2.889	1.839
271 a 300	1.123	284	1.407	1.896	1.235
301 a 330	518	123	642	772	517
330 a 365	265	74	339	361	237
Total	53.234	29.365	82.599	61.626	54.248

Contas a pagar – transações agendadas e a processar Bandeira Cabal e Amex

Dias para Repasse aos Estabelecimentos	2020		2019		Total
	Transações Crédito (Bandeira Cabal)	Transações Crédito (Bandeira Amex)	Transações Crédito (Bandeira Cabal)	Transações Crédito (Bandeira Amex)	
1 a 30	28	769	797	26	115
31 a 60	9	137	147	9	11
61 a 90	5	83	88	7	9
91 a 120	3	51	54	4	6
121 a 150	2	35	37	4	5
151 a 180	2	30	32	2	4
181 a 210	1	11	11	2	2
211 a 240	1	9	10	2	2
241 a 270	1	7	8	1	2
271 a 300	–	6	6	1	2
301 a 330	–	4	4	–	–
330 a 365	–	2	2	–	–
Total	51	1.143	1.194	58	158

14. Valores a repassar às bandeiras – Os montantes registrados nesta conta referem-se a tarifas de utilização dos arranjos de pagamentos das bandeiras. Em 31/12/2020 o montante é de R\$ 950 e em 31/12/2019 o montante era de R\$ 1.578.

	2020	2019	2020	2019
Valores a repassar a Visa	429	773	–	–
Valores a repassar a Mastercard	476	741	–	–
Valores a repassar a Hipercard	42	62	–	–
Valores a repassar a Cabal	1	1	–	–
Valores a repassar a AMEX	2	1	–	–
Total	950	1.578	–	–

15. Fornecedores

	2020	2019	2020	2019
Valores a pagar pela aquisição de equipamentos POS/Pinpad (i)	–	–	–	17
Licença de bandeiras	–	–	94	71
Tarifas de Bandeiras	–	–	–	1.423
Serviços prestados por terceiros	259	324	1.510	2.311
Provisões	612	252	2.138	2.804
Total	871	576	3.442	6.625

(i) Os valores dos fornecedores correspondem substancialmente à compra de ativo imobilizado com prazo de vencimento de até 30 dias. As provisões são estimadas pela Companhia para atender despesas esperadas, consideradas certas ou de alta possibilidade de ocorrência. São representadas por projeções de gastos ligados diretamente à atividade, os quais são reconhecidos como provisões e a partir da sua realização são estornados no resultado como provisão e reconhecidos no resultado como despesa efetiva com base em documentação emitida na competência. Abaixo estão relacionados os saldos de provisões separadas por fornecedor:

	2020	2019	2020	2019
Redsys Servicios de Procesamiento S.L.	(424)	518	–	–
Hewlett – Packard Brasil Ltda.	967	974	–	–
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	–	449	–	–
Lyra Network Telecomunicações Ltda.	206	156	–	–
Ingenico do Brasil Ltda.	–	45	–	–
Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda.	–	340	–	–
Tefi Tecnologia e Sistemas Integrados Ltda.	39	49	–	–
Print Laser Cartões e Sistemas Digitais Ltda.	–	20	–	–
Outros	612	253	–	–
Profit Sharing	735	–	–	–
Lella Tour Agencia de Viagens Ltda	3	–	–	–
Total	2.138	2.804	–	–

16. Outras provisões

	2020	2019	2020	2019
Executivo Bônus	178	1.056	489	1.275
Total	178	1.056	489	1.275

17. Partes relacionadas – Abaixo estão as partes relacionadas da Global Payments South América – Serviços de Pagamentos S.A. e sua controlada Global Payments Serviços de Pagamentos S.A.: Global South América Brasil – Serviços de Pagamentos S.A.; Global Payments – Serviços de Pagamentos S.A.; Global Payments Acquisition Corp 6; Banco Inbursa S.A.; Caixa Bank S.A. Cartão BRB S.A. Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	2020	2019	2020	2019
Operação de Mútuos – Contas a pagar à Global Payments South América, Brasil – Serviços de Pagamentos S.A. (Controladora) (1)	25.586	37.525	–	–
Total	25.586	3		

Publicidade Legal

... continuação

Global Payments South América, Brasil – Serviços de Pagamentos S.A.				
	Controladora	Consolidado	2020	2019
Despesas Legais	(12)	(197)	-	-
Perda de Aluguel(iii)	-	-	-	(7.976)
(-) Recuperação de Despesa(iv)	-	5.330	295	-
Total	(10.610)	(15.221)	(27.215)	(61.140)
(i) O Valor de provisões é composto principalmente pelo estorno de provisão de Contingências Judiciais, Processamentos de transações, Parcerias Comerciais, Field Services, Web Hosting e IT Consultancy. (ii) O valor de serviços de terceiros é composto por serviços de Advocacia, Consultoria, Tradução, Suporte Técnico e Parcerias Comerciais. (iii) O valor de perda de aluguel é referente ao aluguel de POS, não efetivado por falta de agenda disponível do estabelecimento comercial. (iv) O valor de recuperação de despesa é composto pelo recebimento internacional das bandeiras Visa e Mastercard recebidos no banco BRB, ressarcimento de chargeback de estabelecimento comercial, recuperação de débitos pendentes de estabelecimentos comerciais efetuados por empresa de cobrança e recuperação de tarifas de bandeiras. 26. Receitas e despesas financeiras – O detalhamento das receitas e despesas financeiras está apresentado a seguir:				
	Controladora	Consolidado	2020	2019
Receitas com pré-pagamento (i)	-	28.234	67.617	-
Variações cambiais ativas	-	335	578	-
Rendimento aplicação financeira	1	74	6	-
(-) Pis e Cofins sobre receitas financeiras	-	(1.316)	(3.144)	-
Descontos obtidos	-	13	2	-
Outras receitas	-	-	4	-
Variação monetária ativa	-	2.198	-	-
Total das receitas	1	29.538	65.063	(654)
Variações cambiais passivas	-	(525)	(654)	-
Juros pagos	(1)	(1.424)	(4.290)	-
Despesas bancárias	(4)	(218)	(51)	-
Multas	(12)	(30)	(1)	-
Encargos sobre cessão de crédito	-	(16.059)	(32.890)	-
Variação Monetária Passiva	-	(23)	-	-
Total das despesas	(17)	(3)	(18.279)	(37.886)
Resultado financeiro líquido	(16)	(3)	11.259	27.177
(i) A receita de pré-pagamento refere-se às antecipações de créditos a prazo para os estabelecimentos comerciais.				
27. Despesas tributárias – O detalhamento das despesas tributárias está apresentado a seguir:				
	Controladora	Consolidado	2020	2019
IOF	(2)	(153)	(508)	(943)
Imposto sindical patronal	-	-	-	(8)
Impostos e taxas diversas	-	(30)	(6)	(30)
Pis e Cofins sobre outras receitas	-	-	(822)	(1.145)
IRRF sobre cambio	-	-	-	-
Perdas processos civis	-	(12)	(4.017)	(3.029)
IPU	(33)	-	(33)	-
Total	(35)	(195)	(5.386)	(5.155)

28. Gerenciamento de riscos – As considerações sobre riscos e valorização dos instrumentos financeiros podem ser assim resumidas: **a. Considerações sobre riscos: (i) Concentração de riscos de crédito:** Os contratos da Companhia são administrados através de programa de qualificação. As contas a receber são pulverizadas e não há concentração de crédito significativa com terceiros. **(ii) Risco de crédito e aplicação dos recursos:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Em 31/12/2020, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota explicativa

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Global Payments South América, Brasil – Serviços de Pagamentos S.A. – São Paulo-SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Global Payments South América, Brasil – Serviços de Pagamentos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Global Payments South América, Brasil – Serviços de Pagamentos S.A. em 31/12/2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido

nº 6. **(iii) Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, para que haja recursos financeiros disponíveis ao devido cumprimento de suas obrigações, substancialmente concentrada nos estabelecimentos comerciais e nas partes relacionadas. **b. Valorização dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos são descritos a seguir, bem como o critério para sua valorização: **(ii) Contas a receber:** Os montantes divulgados no balanço patrimonial em contas a receber, aproximam-se de seus valores de mercado, considerando o seu vencimento em curto prazo. **29. Cobertura de seguros** – Em 31/12/2020 a Companhia possui apólices de seguros vigentes, com cobertura para responsabilidade civil e riscos operacionais conforme descrito a seguir:

Vigência	Cobertura	Indenizações
06/2019 a 06/2020	Responsabilidade Civil	4.000
05/2019 a 05/2020	Responsabilidade Civil	10.000
12/2018 a 12/2019	Riscos Operacionais	5.937

30. Eventos subsequentes – Não existem eventos subsequentes a data de aprovação das Demonstrações Financeiras. **31. Outros assuntos – a) Benefícios Pós-Emprego:** Não existem benefícios pós-emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria. **b) Derivativos:** Durante os exercícios findos em 31/12/2020 e de 2019, o Grupo não operou com Instrumentos Financeiros Derivativos.

Athos Marcelo de Belém Dourado – Diretor Financeiro
Fabiano Sarzi Sartori – Contador CRC-PR sob o nº PRO4610909

ção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de junho de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6
Vitor David Bezerra Colavitti
Contador CRC 1SP29743/O-6



REC Guarulhos II S.A.

CNPJ/ME nº 24.312.932/0001-38 – NIRE 35.300.502.396

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 24 de novembro de 2020

1. Data, Hora e Local: Em 24/11/2020, às 10:00 horas, na sede da REC Guarulhos II S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo-SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, cj. 501, Edifício Pedro Mariz – Birmann 31, Itaim Bibi. **2. Presença e Convocação:** Dispensada a convocação, face à presença de acionistas representando 100% do capital social da Companhia. **3. Mesa:** (i) **Presidente:** Dani Aljbeszy; e (ii) **Secretário:** Rômulo Ottoni Andrade. **4. Deliberações:** Por unanimidade e sem ressalvas, as deliberações abaixo: (i) A emissão de 430.295.344 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de subscrição total de R\$430.295.344,48, subscritas pelo acionista GLP Investimentos IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, a serem integralizadas em moeda corrente nacional até 31/12/2021. O preço de emissão das ações será destinado da seguinte forma: (i) R\$ 1.000,00 à conta de capital social, de forma que o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 450.002.200,00, representado por 880.296.544 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e (ii) R\$430.294.344,48 para a reserva de capital. Em razão das deliberações acima, o caput do artigo 5º do Estatuto Social passa a vigor com a seguinte redação: *Art. 5º. O capital social da Companhia é de R\$450.002.200,00, representado por 880.296.544 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.* (ii) consolidação do estatuto social da Companhia, que passa a vigor com a redação constante do Anexo I a esta ata. **5. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 24/11/2020. Assinaturas: **Mesa:** Dani Aljbeszy – Presidente; Rômulo Ottoni Andrade – Secretário. **Acionistas:** GLP Investimentos IV Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (p. Dani Aljbeszy; Rômulo Ottoni Andrade); **Anexo I: Estatuto Social: Capítulo I. Da Denominação, Sede, Objeto e Duração:** **Artigo 1. A REC Guarulhos II S.A. ("Companhia")** é uma sociedade anônima regida pelo disposto neste estatuto, pelos acordos de acionistas arquivados em sua sede social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Artigo 2.** A Companhia tem sua sede na Cidade de São Paulo-SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, cj. 501, Edifício Pedro Mariz – Birmann 31, Itaim Bibi, CEP 04538-132, podendo abrir filiais, agências ou representações em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria. **Artigo 3.** A Companhia tem por objeto: (a) o investimento e a participação em outras sociedades, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou quotista; (b) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (c) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; e (d) desenvolver e implementar estratégias de marketing relativas a empreendimentos imobiliários próprios. **Artigo 4.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Do Capital:** **Artigo 5.** O capital social da Companhia é de R\$450.002.200,00, representado por 880.296.544 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único.** Todas as despesas com o desdobramento ou a substituição de títulos representativos de ações correrão por conta dos acionistas. **Artigo 6.** Os acionistas têm preferência para a subscrição de novas ações, na proporção das ações já possuídas anteriormente, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 7.** A ação é indivisível perante a Companhia, e a cada ação corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Artigo 8.** Durante o prazo de duração da Companhia será vedada a emissão de partes beneficiárias, inexistindo, igualmente, títulos dessa espécie em circulação. **Artigo 9.** No caso de abertura de seu capital, a Companhia deverá aderir a segmento especial de bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos neste estatuto social, notadamente aquelas mencionadas nos Artigos 8, 23, 25 e 28 deste Estatuto e, quando existente, o estabelecimento de um mandato unificado de até 02 anos para todo o conselho de administração da Companhia. **Capítulo III. Das Assembleias Gerais:** **Artigo 10.** A assembleia geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do ano social, e extraordinariamente sempre que houver necessidade. **Artigo 11.** As assembleias gerais serão presididas por um acionista ou diretor escolhido na ocasião pela maioria dos acionistas presentes. Ao presidente da assembleia caberá a escolha do secretário. **Artigo 12.** Os acionistas poderão votar as matérias submetidas às assembleias: (a) pessoalmente; (b) por procurador, na forma do art. 126, § 1º da Lei das Sociedades por Ações; (c) por telefone; (d) por videoconferência; (e) por fac-símile; (f) por correio; (g) por e-mail; ou (h) por qualquer outro meio legal por que se possa expressar validamente suas opiniões, desde que, nas hipóteses das alíneas (c) a (h), acima, uma cópia da ata da assembleia seja assinada individualmente pelos acionistas e enviada por fac-símile ou por e-mail no mesmo dia da assembleia e o respectivo original seja posteriormente assinado por todos os acionistas que comparecerem à referida assembleia. **Artigo 13.** Os acionistas reunir-se-ão extraordinariamente sempre que necessário, observadas as regras da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que as seguintes matérias estarão sujeitas à aprovação dos acionistas: (a) todas as matérias determinadas na Lei das Sociedades por Ações; (b) deliberar sobre metas e diretrizes de investimento e desinvestimento da Companhia; bem como sobre as políticas empresariais e objetivos gerais dos respectivos investimentos pela Companhia; (c) deliberar sobre a realização de qualquer acordo ou operação, tendo por objeto a constituição, desconstituição, substituição ou liberação de quaisquer garantias reais ou pessoais, pela Companhia e suas controladas, no todo ou em parte, relacionadas aos investimentos na Companhia; (d) aprovar despesas de auditorias fiscais, legais, contábeis, tecnológicas e ambientais que totalizem, em conjunto e por exercício social, mais de R\$ 200.000,00; (e) exercício do direito de voto conferido por ações ou quotas detidas em outras sociedades; (f) liquidação voluntária, dissolução ou extinção da Companhia, ou pedido voluntário de recuperação extrajudicial, recuperação judicial e/ou falência da Companhia; (g) transformação, fusão, incorporação, cisão ou qualquer outra operação de reorganização societária envolvendo a Companhia; (h) abertura do capital social da Companhia; (i) eleição e destituição dos membros da Diretoria da Companhia e fixação das respectivas atribuições e designações; (j) aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras por eles apresentadas e devidamente auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários, bem

como a aprovação da destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício; (k) forma de distribuição e o montante global da remuneração dos administradores da Companhia; (l) aumento e/ou redução do capital social e da quantidade de ações de emissão da Companhia, fixando as condições de emissão e de colocação das ações; (m) aprovar a contratação de operações entre a Companhia, os acionistas diretos ou indiretos, ou entre a Companhia e pessoa física ou jurídica relacionada a qualquer desses acionistas ou, ainda, entre a Companhia e os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, se houver, ou empregados e outros colaboradores da Companhia; (n) a contratação ou destituição de auditores independentes da Companhia ou de controladas e subsidiárias; (o) autorizar a Companhia a proceder à compra de ações de sua própria emissão para cancelamento ou manutenção em tesouraria, observados os dispositivos legais aplicáveis; (p) determinar o voto a ser proferido pela Companhia nas assembleias gerais ou reuniões de sócios das sociedades das quais a Companhia seja acionista ou sócia, bem como na instrução de voto a ser fornecida aos administradores de tais sociedades; (q) aprovar a realização de quaisquer negócios ou atividades fora do curso normal dos negócios da Companhia; (r) adoção de medidas judiciais e extrajudiciais na defesa dos interesses da Companhia, direta ou indiretamente envolvendo valores superiores a 1% do valor do capital social da Companhia; e (s) contratação de laudo de avaliação para avaliação econômica (valuation) da Companhia ou das sociedades nas quais a Companhia tenha participação. **§ 1º.** A assembleia geral deverá ser convocada na forma da lei, mediante correspondência encaminhada aos acionistas, com antecedência de, pelo menos, 8 dias, para a primeira convocação, e 5 dias para a segunda. **§ 2º.** Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 do capital social com direito de voto; em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número. **§ 3º.** Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a assembleia geral que comparecerem os acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia. **§ 4º.** As deliberações da assembleia geral, ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste estatuto, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco. **Capítulo IV. Da Administração:** **Artigo 14.** A Companhia será administrada por uma Diretoria constituída por, no mínimo, 2 e, no máximo, 7 diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela assembleia geral. Dos diretores, um será o Diretor Presidente, outro, o Diretor Financeiro, e os demais não terão designação específica. **Artigo 15.** Os diretores terão prazo de mandato de 2 anos, sendo que, de qualquer forma, os diretores deverão permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores. Admite-se a reeleição. **Parágrafo Único.** A remuneração dos diretores será estabelecida pela assembleia geral. **Artigo 16.** Ocorrendo vacância, por qualquer motivo, de cargo de diretor, qualquer diretor remanescente deverá convocar assim que possível uma assembleia geral, cuja ordem do dia será deliberar sobre a eleição do substituto. **Artigo 17.** Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer diretor, este, sujeito o ato à aprovação da Diretoria, poderá indicar um substituto para servir durante sua ausência ou impedimento. O substituto do diretor exercerá todas as funções e terá os poderes, direitos e deveres do diretor substituído. **Artigo 18.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário. As reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo diretor que na ocasião for escolhido, sendo instaladas com a presença da maioria dos diretores em exercício, e deliberarão pela maioria dos votos dos diretores presentes. **Artigo 19.** Compete a qualquer membro da Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou por este estatuto, atribuída a competência à assembleia geral. Seus poderes incluem, entre outros, os suficientes para: (a) zelar pela observância da lei e deste estatuto; (b) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerais e nas suas próprias reuniões; (c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais; (d) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; e (e) distribuir, entre seus membros, as funções da administração da Companhia. **Artigo 20.** As escrituras públicas de qualquer natureza, as letras de câmbio, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer outros documentos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia serão obrigatoriamente assinados: (a) para a prática de atos que envolvam valores superiores a R\$ 250.000,00, conjuntamente: (i) pelo Diretor Presidente e por outro Diretor, inclusive o Diretor Financeiro; (ii) pelo Diretor Financeiro e (p) pelo Diretor, inclusive o Diretor Presidente; ou (iii) por qualquer Diretor com um procurador, nomeado nos termos do § 1º abaixo e de acordo com os poderes outorgados nos respectivos instrumentos de mandato, sendo que os diretores ou procuradores que porventura tenham, entre si, vínculo conjugal, relação estável ou qualquer grau de parentesco não poderão praticar atos conjuntamente, apenas mediante a assinatura com outro diretor ou procurador não vinculado; e (c) para a prática de atos que envolvam valores inferiores a R\$ 50.000,00, conjuntamente: (i) por quaisquer dois Diretores; ou (ii) por qualquer Diretor com um procurador, nomeado nos termos do § 1º abaixo e de acordo com os poderes outorgados nos respectivos instrumentos de mandato; ou (iii) por quaisquer dois procuradores, nomeados nos termos do § 1º abaixo e de acordo com os poderes outorgados nos respectivos instrumentos de mandato, sendo que os diretores ou procuradores que porventura tenham, entre si, vínculo conjugal, relação estável ou qualquer grau de parentesco não poderão praticar atos conjuntamente, apenas mediante a assinatura com outro diretor ou procurador não vinculado. **§ 1º.** As procurações outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas por 2 Diretores, respeitado o disposto no artigo 20 acima, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado a 1 ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado, observado que na outorga de procuração para prática de atos de valores superiores a R\$ 250.000,00 a Companhia deverá necessariamente ser representada por meio de: (a) assinatura conjunta do Diretor Presidente e de outro Diretor, inclusive o Diretor Financeiro; ou (b) assinatura conjunta do Diretor Financeiro e de outro Diretor,

inclusive o Diretor Presidente. **Artigo 21.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer diretor, procurador ou empregado, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela assembleia geral. **Parágrafo Único.** Na hipótese de constatação do descumprimento de qualquer disposição deste estatuto por quaisquer dos diretores, ficam os diretores obrigados a dar ciência aos acionistas do referido descumprimento, imediatamente quando de sua ciência. **Capítulo V. Do Conselho Fiscal:** **Artigo 22.** O Conselho Fiscal da Companhia, que será integrado por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, funcionará em caráter não permanente e será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. **Capítulo VI. Das Relações com os Acionistas e partes Relacionadas:** **Artigo 23.** Todo e qualquer acordo de acionistas existente entre os acionistas da Companhia, bem como os contratos com partes relacionadas e programas de aquisição de ações e de outros títulos e valores mobiliários da Companhia, deverão ser arquivados na sede social da Companhia e postos à disposição de qualquer acionista da Companhia que deseje ter acesso ao seu conteúdo. **Capítulo VII. Do Exercício Social, do Balanço e do Lucro:** **Artigo 24.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 25.** Ao fim de cada exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes, as quais deverão ser auditadas por auditores independentes devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários, observadas as normas então vigentes. **Artigo 26.** O lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento. **§ 1º.** Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) quota destinada à constituição da reserva legal; (b) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (c) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. **§ 2º.** A assembleia geral poderá deliberar acerca da distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, nos termos do artigo 202, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. **§ 3º.** A Companhia poderá levantar balanços intermediários, intercalares ou em períodos menores e, com base nesses balanços, distribuir lucros, por deliberação da assembleia geral. No encerramento de cada exercício social, será procedido eventual acerto, para mais ou para menos, de acordo com as distribuições intermediárias realizadas durante o período. **§ 4º.** A Companhia poderá distribuir e pagar juros sobre o capital próprio, conforme deliberação da assembleia geral. **Capítulo VIII. Da Liquidação:** **Artigo 27.** A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, competindo à assembleia geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação. **Capítulo IX. Arbitragem:** **Artigo 28.** Se quaisquer disputas, conflitos ou discrepâncias ("Conflito") de qualquer natureza surgirem em relação a este estatuto social, os acionistas deverão utilizar seus melhores esforços para solucionar o Conflito por meio de discussões amigáveis e de boa fé e, caso falhem em chegar a um consenso, então o Conflito será solucionado por arbitragem, observadas as disposições dos acordos de acionistas da Companhia devidamente arquivados na sede da Companhia e deste estatuto social. **§ 1º.** A Arbitragem será conduzida na cidade de São Paulo-SP, perante e de acordo com as regras da Câmara de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC"). A Arbitragem será conduzida na língua portuguesa. **§ 2º.** A Arbitragem será conduzida por 3 árbitros. A parte reclamante indicará um árbitro e a parte reclamada indicará outro árbitro, nos prazos estabelecidos pelo CCBC. O terceiro árbitro, que atuará como Presidente do Tribunal Arbitral, bem como os árbitros não indicados pelas partes no prazo estabelecido, deverão ser indicados de acordo com as regras do CCBC. **§ 3º.** Qualquer das acionistas e/ou a Companhia poderá requerer medida liminar ou cautelar ao Poder Judiciário, em caso de urgência. Portanto, o pedido de uma medida liminar ou cautelar, seja antes ou depois do início do processo de arbitragem, não deverá ser considerado inconsistente com o ou como renúncia a qualquer das disposições contidas neste estatuto social. Para tal finalidade, fica eleito o foro da comarca de São Paulo-SP, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **§ 4º.** A sentença arbitral será proferida por escrito, indicará suas razões e fundamentos, e será final, vinculante e exequível contra as partes de acordo com seus termos. A sentença arbitral terá a mesma força e validade que a sentença proferida em juízo, e deverá aceitar tal sentença arbitral como a verdadeira expressão de sua vontade em relação ao Conflito. O Tribunal Arbitral poderá conceder qualquer medida disponível e apropriada conforme as leis aplicáveis a este estatuto social. A sentença arbitral poderá incluir dispositivo sobre a alocação de custos, inclusive honorários advocatícios razoáveis e despesas. Cada parte deverá arcar com seus próprios custos durante a condução da arbitragem, e a parte à qual for proferida uma sentença arbitral desfavorável deverá reembolsar a outra parte por toda e qualquer despesa e custo razoável incorrido, inclusive, mas não limitado a, honorários advocatícios e despesas com viagens, conforme vir a ser estipulado na sentença arbitral. A execução da sentença arbitral poderá ser realizada por qualquer juízo que tenha jurisdição sobre as partes ou seus ativos. **§ 5º.** A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de todo e qualquer Conflito, bem como à execução, interpretação e validade deste artigo 28. **Artigo 29.** Cada uma das partes da arbitragem permanece com o direito de requerer perante o Poder Judiciário com o objetivo exclusivo de: (i) assegurar a instituição da arbitragem, (ii) obter medidas urgentes necessárias para proteção ou salvaguarda de direitos ou de cunho preparatório previamente à instauração do tribunal arbitral, e (iii) obter ou garantir a execução específica das disposições deste estatuto, sem que isso seja interpretado como uma renúncia à arbitragem. Quaisquer pedidos ou medidas implementados pelo Poder Judiciário deverão ser imediatamente notificados à CCBC, devendo tal entidade informar ao Tribunal Arbitral, que poderá rever, conceder, manter ou revogar a medida de urgência solicitada. Para o exercício das citadas tutela jurisdicionais, as partes da arbitragem elegem o foro da comarca de São Paulo-SP. **Capítulo IX. Disposições Gerais:** **Artigo 30.** Nos casos omissos ou duvidosos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes. JUCESP – Registrado sob o nº 531.243/20-5 em 11/12/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br

REC Guarulhos II S.A.

CNPJ/ME nº 24.312.932/0001-38 - NIRE 35.300.502.396

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 15 de outubro de 2020

1. **Data, Hora e Local:** Em 15/10/2020, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade de São Paulo-SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, cj. 501, Edifício Pedro Mariz - Birmann 31, Itaim Bibi. 2. **Presença e Convocação:** Dispensada a convocação, face à presença de acionistas representando 100% do capital social. 3. **Mesa:** (i) **Presidente:** Dani Ajbeszyc, e (ii) **Secretário:** Rômulo Otoni Andrade. 4. **Deliberações:** por unanimidade e sem ressalvas, as deliberações abaixo: (i) as demonstrações financeiras da Companhia e as contas da administração relativas ao exercício social findo em 31/12/2019, publicadas nos jornais Data Mercantil e no DOE-SP, com a dispensa da observação do prazo estipulado no Artigo 133, caput, da Lei 6.404/76. (ii) em função do resultado negativo apurado no exercício social findo em 31/12/2019, avaliado em R\$ 21.905,34, não haverá distribuição de dividendos, sendo o resultado negativo destinado à conta de prejuízos acumulados da Companhia. (iii) a reeleição dos seguintes Diretores, para os seguintes cargos: (a) **Mauro Oliveira Dias**, RG nº 28.855.146-8 DIC/RJ e CPF/MF nº 820.424.547-53, para o cargo de **Diretor Presidente**; (b) **Ricardo Gianotti Antoneli**, RG nº 20.637.117 SSP/SP e CPF/MF nº 302.930.948-70, para o cargo de **Diretor sem designação específica**; (c) **Cleber Saccoman**, RG nº 22.142.519-6 SSP-SP e CPF/MF nº 177.408.698-05, para o cargo de **Diretor sem designação específica**; (d) **Rômulo Otoni Andrade**, RG nº 12.693.054-4 SSP/RJ e CPF/MF nº 042.037.147-88, para o cargo de **Diretor sem designação específica**; (e) **Dani Ajbeszyc**, RG nº 18.428.539 SSP/SP e CPF/MF nº 250.951.278-14, para o cargo de **Diretor Financeiro**; (f) **Brian Augustine Kieran**, RNE nº V793950-R e CPF/MF nº 234.951.778-09, para o cargo de **Diretor sem designação específica** e (g) **Mariana Ester Tonelli Ventura Milnitsky**, RG nº 32.123.341-4 SSP/SP e CPF/MF nº 219.821.388-58, para o cargo de **Diretora sem designação específica**; com mandatos de 2 anos. Os Diretores ora reeleitos assinaram nesta data seus respectivos termos de posse, que se encontram arquivados na sede da Companhia e lavrados em livro próprio. (iv) a modificação da duração do mandato dos diretores, que passa a durar 2 anos, passando o Artigo 15 do estatuto social a ter a redação constante do Anexo I a esta ata. (v) a rerratificação da ata da AGT, realizada em 07/02/2017, arquivada na "JUICESP" sob o nº 132.808/17-1 de 21/03/2017 ("AGT"), para corrigir a redação do Artigo 24 do estatuto social, cujo texto foi aprovado na AGT e constou do Anexo I da respectiva ata. Em virtude da deliberação acima, retificar a redação do Artigo 24 do Estatuto Social, de forma que, onde se lê: "**Artigo 24. O exercício social terá início em 1º de abril e terminará em 31 de março de cada ano.**" Leia-se: "**Artigo 24. O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.**" As demais deliberações da AGT não expressamente retificadas são ora ratificadas. (vi) consolidação do estatuto social da Companhia. (vii) consignação da modificação do jornal de grande circulação onde são realizadas as publicações da Companhia que, a partir de 01/01/2020, foram realizadas no jornal Data Mercantil. 5. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Assinaturas: **Mesa:** Dani Ajbeszyc - Presidente; Rômulo Otoni Andrade - Secretário. **Acionistas:** GLP Investimentos IV Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia (p. Dani Ajbeszyc; Rômulo Otoni Andrade). JUICESP - Registrado sob o nº 490.221/20-8 em 19/11/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Taxas curtas de juros têm viés de alta e longas, de queda



Os juros futuros de curto prazo encerraram o dia com viés de alta e os demais, de queda, ainda que os rendimentos dos Treasuries tenham renovado sucessivas máximas à tarde. Os movimentos ao longo do dia foram moderados, dada a agenda fraca no exterior e, no Brasil, restrita ao IBC-Br de abril, que não chegou a influenciar os negócios mesmo vindo bem abaixo da mediana das estimativas. Em boa medida, a dinâmica foi limitada também pela expectativa pelas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) e do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), na quarta-feira. O dólar em queda firme e o otimismo sobre o ritmo de vacinação contra covid no País foram apontados como fatores que

ajudaram na melhora pela tomada de risco.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2022 fechou em 5,33%, de 5,304% no ajuste de sexta-feira, e a do DI para janeiro de 2023 passou de 6,974% para 6,695%. O DI para janeiro de 2025 terminou com taxa de 8,00%, de 8,055%, e o DI para janeiro de 2027, com taxa de 8,48%, de 8,534%.

"A segunda-feira foi parada em função da agenda esvaziada lá fora, com a espera pelo Fed. Os juros longos tiveram um pouco de correção dada pelo fluxo de estrangeiros que ajudou hoje o real, compensando a pressão dos Treasuries", resumiu o estrategista-chefe do Banco Mizuho, Luciano Rostagno.

IstoéDinheiro

Dólar cai a R\$ 5,07 com vacina e expectativa para Copom e Fed

O dólar voltou a cair forte ante o real nesta segunda-feira, 14, após subir 1,73% na semana passada. O noticiário interno ajudou a moeda brasileira a ter o melhor desempenho internacional nesta segunda ante a norte-americana, considerando uma cesta de 34 divisas mais líquidas. A antecipação do calendário da vacinação em São Paulo e a marcação

Concessionária Linha Universidade S.A.

CNPJ/ME nº 35.588.161/0001-22 - NIRE 35.300.545.044

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, em Três Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, realizada em 15/03/2021

1. **Data, Hora e Local:** Realizada aos 15/03/2021, às 10:00 horas, na sede da Concessionária Linha Universidade S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº 134, conjunto 72, sala H, 7º andar, Condomínio Alpha Tower, Vila Olímpia, CEP 04551-000. II. **Convocação:** Dispensada em razão do comparecimento da totalidade dos titulares das debêntures em circulação, ("Debenturistas" e "Debêntures") objeto do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, em Três Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária Linha Universidade S.A." celebrado em 29/10/2020, conforme aditado ("Escritura de Emissão"), em observância ao disposto no artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76, e na cláusula 11.3 da Escritura de Emissão. III. **Presença:** Presentes: (i) Debenturistas representando 100% das Debêntures em circulação, emitidas no âmbito da 1ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em três séries, para distribuição pública com esforços restritos da Companhia ("Emissão"); (ii) o representante da Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"); e (iii) os representantes da Companhia. IV. **Mesa:** Presidida pelo(a) Sr.(a) Moisés Nonato Santos, e secretariada pelo(a) Sr.(a) Matheus Gomes Faria. V. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: 1. A autorização para extensão do prazo para abertura das contas vinculadas previstas no Contrato de Cessão Fiduciária ("Contas Vinculadas"); 2. A autorização para a emissão, pela Companhia, de debêntures nos termos e condições descritos no pedido de anuência CLU-EXT-012/2021 "Ref.: Instrumento de Crédito - Solicitação de Anuência para a 2ª Emissão de Debêntures ("Solicitação de Anuência")" do dia 04/03/2021, constante no Anexo A da presente ata ("Empréstimo Adicional") e consequente renúncia do vencimento antecipado não-automático previsto na cláusula 7.23.2 item (xv) da Escritura de Emissão, que trata da "obtenção de quaisquer tipos de financiamento, crédito ou assunção de novas dívidas, pela Companhia, exceto pelos Endividamentos Permitidos"; VI. **Deliberações:** Examinada e debatida à matéria constante da Ordem do Dia, os Debenturistas deliberaram: 1. por unanimidade, autorizar a extensão do prazo para abertura das Contas Vinculadas, para que sejam abertas até o dia 22/01/2021; 2. por unanimidade, autorizar a Companhia a realisar o Empréstimo Adicional, e aprovar a não declaração de vencimento antecipado não-automático previsto na cláusula 7.23.2 item (xv) da Escritura de Emissão. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 15/03/2021. Mesa: Moisés Nonato Santos - Presidente, e Matheus Gomes Faria - Secretário. JUICESP - Registrado sob o nº 231.433/21-9 em 18/05/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Valeo Sistemas Automotivos Ltda.

CNPJ 57.010.662/0001-60- NIRE 35.203.001.876 | Extrato do Contrato de Trespasse

Valeo Sistemas Automotivos Ltda., CNPJ 57.010.662/0001-60, NIRE 35.203.001.876, com sede na Rodovia Itatiba-Bragança Paulista, Km 0,5, Bairro da Ponte Nova Cidade de Itatiba e Estado de São Paulo, CEP: 13252-904, alienou a F2J Brasil Faróis e Sistemas Automotivos Ltda., CNPJ 40.167.240/0001-08, com sede na Rua Rodrigues de Medeiros, nº 214, Bairro Mar Paulista, CEP 04464-050, Cidade de São Paulo e Estado de São Paulo, o complexo de ativos, empregados e contas, dentre outros, todos referentes ao estabelecimento da filial da Valeo Sistemas Automotivos Ltda., denominada de Divisão de Iluminação localizado na Rua Rodrigues de Medeiros, n.º 214, Bairro Mar Paulista, CEP 04464-050, Cidade e Estado de São Paulo, CNPJ 57.010.662/0009-17 e NIRE: 35.902.177.019, através da qual a referida sociedade realiza atividades voltadas à industrialização, comercialização, importação, exportação, instalação e manutenção de autopeças, componentes, acessórios, equipamentos, moldes, máquinas e matérias-primas, inclusive, mas não se limitando a produtos elétricos, conforme Contrato de Trespasse firmado em 30 de abril de 2021. (Extrato para publicação nos termos do artigo 1.144 da Lei nº 10.406/02). Valeo Sistemas Automotivos Ltda. Marco Aurélio Basso - CFO; Mauro Dias Ferreira - Division Officer. F2J Brasil Faróis e Sistemas Automotivos Ltda. Maurício Nakamura - Officer. JUICESP nº 270.624/21-1 em 11/06/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Tutelar Empreendimentos S/A

CNPJ/ME nº 55.389.399/0001-36 - NIRE 35.300.376.536

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 05 de abril de 2021

Data e Local: Aos 05/04/2021, às 10:00 horas, na sede social, na Rua Rodrigo Vieira, 107, Vila Mariana, em São Paulo-SP. **Presença:** Compareceram os acionistas representando a totalidade do capital social. **Convocação:** Dispensada a publicação do Edital de Convocação, de conformidade com o § 4º do artigo 124 e o § 4º do artigo 133, ambos da Lei 6.404/76. **Mesa:** Presidente: Antonio Adelino Pereira Fernandes, representado neste ato por seu procurador Sr. Luiz Carlos Dias Fernandes, RG nº 13.806888-4 SSP/SP, e CPF/MF nº 074.512.668-50 e Secretário: Manuel Pereira Fernandes. **Ordem do Dia:** a) Tomar as contas dos Administradores, examinar e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas relativos ao exercício social findo em 31/12/2020; b) deliberar sobre a proposta da Diretoria para a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2020; e c) Aprovada a não instalação do Conselho Fiscal neste exercício. **Deliberações:** a) aprovadas por todos os acionistas, sem reservas ou restrições, as contas dos Administradores, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas relativos ao exercício social findo em 31/12/2020, as quais foram publicadas em 10/03/2021 nos jornais Diário Oficial Empresarial do Estado de São Paulo, página 74, e Data Mercantil, página 07; b) aprovada a Proposta da Diretoria, registrada na reunião daquele órgão de 20/02/2021 para a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2020; e c) Aprovada a não instalação do Conselho Fiscal neste exercício. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente em livro próprio, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pelos presentes. Antonio Adelino Pereira Fernandes p/p Luiz Carlos Dias Fernandes, Manuel Pereira Fernandes, José Ribeiro Nogueira, Diamantino da Fonseca, Graça Fernandes, João Fernandes D'Almeida Filho, Marcelo Teixeira Mendes, Cecília Treixeira Mendes e Luciana Teixeira Mendes. **Ata e Publicação:** a presente ata deverá ser publicada de forma resumida, nos termos do artigo 130 da Lei 6.404/76. **Declaração:** Declaramos que a presente é cópia da Ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 05/04/2021. Manuel Pereira Fernandes: Secretário. JUICESP - Registrado sob nº 265.668/21-9 em 04/06/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Confira no nosso site as principais notícias do dia:
www.datamercantil.com.br

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,6097	Peso (Chile) - 0,007078
Dólar (EUA) - 5,0707	Peso (México) - 0,2546
Franco (Suíça) - 5,6398	Peso (Uruguai) - 0,1161
Iene (Japão) - 0,04611	Yuan (China) - 0,7927
Libra (Inglaterra) - 7,1583	Rublo (Rússia) - 0,07036
Peso (Argentina) - 0,05324	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,1492

da votação da Medida Provisória que abre caminho para a privatização da Eletrobras ajudaram a estimular as vendas de dólares e a entrada de fluxo externo, enquanto os investidores aguardam a 'Super Quarta', com reunião de política monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) e do Comitê de Política Monetária (Copom), o que reduziu o volume de negócios nesta segunda. A

depende da sinalização dos dois BCs, operadores veem chance de o dólar cair abaixo de R\$ 5,00 nesta semana.

Após ir a R\$ 5,11 na máxima do dia, pela manhã, o dólar acabou fechando em R\$ 5,0707, em queda de 1,02%. No mercado futuro, o dólar para julho cedia 1,04%, a R\$ 5,0745 às 17h40. Em outros mercados, o dólar chegou a subir mais de 2% no Peru.

IstoéDinheiro

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$ 5,0701 / R\$ 5,0707 **

Câmbio livre mercado - R\$ 5,0690 / R\$ 5,0710 *
Turismo - R\$ 5,0730 / R\$ 5,2430

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,97%

OURO BM&F R\$ 302,000

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: 0,59%

Pontos: 130.207

Volume financeiro: R\$ 28,365 bilhões

Maiores altas: Cogna

Educação ON (9,45%),

Locaweb ON (6,24%),

B2W Digital ON (5,10%)

Maiores baixas: Gerdau

PN (-2,73%), Metalúrgica

Gerdau PN (-2,30%),

Braskem PN (-1,66%)

S&P 500 (Nova York):

0,18%

Dow Jones (Nova York):

-0,25%

Nasdaq (Nova York):

0,74%

CAC 40 (Paris): 0,24%

Dax 30 (Frankfurt):

-0,13%

Financial 100 (Londres):

0,18%

Nikkei 225 (Tóquio):

0,74%

Hang Seng (Hong Kong):

0,36%

Shanghai Composite

(Xangai): -0,58%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): -0,89%

Merval (Buenos Aires):

1,12%

IPC (México): -0,50%

ÍNDICES DE

INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Abril 2021: 0,31%

Maio 2021: 0,81%

Global Payments – Serviços de Pagamentos S.A.

CNPJ/MF nº 17.887.874/0001-05

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Prezados Acionistas: Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Global Payments, referente ao exercício fiscal terminado em 31/12/2020. Após sete anos de entrada no mercado brasileiro, a Global Payments, presente em mais de 32 países, reflete a solidez de uma marca líder e estabelecida ao redor do mundo como uma alternativa eficiente para serviços de pagamentos e ao mercado de Adquirência nacional. Somos uma empresa responsável, hábil e consistente, pronta para se consolidar também no Brasil, mantendo sempre o foco e atenção aos nossos clientes e valorizando nossos parceiros. O agradecimento especial será sempre ao nosso colaborador, que enfrentou as adversidades da pandemia de forma exemplar. Apesar do cenário ainda

crítico por conta da pandemia, a Global Payments tem muito a oferecer aos seus clientes e à sociedade em geral, com a consciência de que terá que superar sempre muitos desafios, com a garra e a perseverança que lhe é peculiar culturalmente. Mensagem da Administração: No final de 2019, o ano de 2020 parecia um ano promissor devido às expectativas relacionadas a novos projetos e de novos negócios. Entretanto, a pandemia iniciada no fim do primeiro trimestre e seus respectivos impactos na economia brasileira, principalmente os fechamentos sucessivos do comércio, levou a companhia a uma realidade extremamente desafiadora e completamente inédita, desde colaboradores tendo que trabalhar em casa através de reuniões virtuais, até uma paralisação radical na atividade econômica

gerando uma incerteza enorme no ar. Com o escritório físico fechado, nos deparamos com uma necessidade ainda maior de olhar para nossos custos, diminuindo despesas, acarretando reduções significativas no nosso quadro de colaboradores. Todo este novo cenário forçou a companhia a rever todas as suas expectativas para 2020 para conseguir se adequar ao novo cenário econômico do País. Sempre preocupados com a saúde e o bem-estar de nossos colaboradores, adotamos o trabalho no esquema de "Home Office", proibindo ou limitando radicalmente eventuais idas ao escritório, viagens, e quaisquer tipo de ação ou evento que pudesse, de qualquer forma, gerar aglomeração. Essas medidas foram adotadas para gerar uma efetiva redução no risco de contaminação pelo coronavírus e assim

evitar a perda de vidas e colaboradores. Com este cenário, o resultado da Companhia sofreu bruta e bruta com a pandemia em 2020. Como medidas que asseguraram sua sobrevivência e saúde financeira, houve limitações quanto à efetivação de antecipações a lojistas, assim como repasse ao mercado do aumento do custo de captação por parte dos bancos, como formas de proteger o balanço e o fluxo de caixa da Companhia. Apesar de todo esse cenário desafiador, a Global Payments Brasil não desistiu do quesito inovação, lançando as bases dos novos terminais contactless, com conexão 4G e tecnologia de ponta, os quais já causaram forte efeito de crescimento nos credenciamentos do 1º Trimestre de 2021. **Athos Marcello de Belém Dourado** Diretor Financeiro – CPF 022.108.187-96.

Balancos Patrimoniais		Notas		
	2020	2019		
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	3	31.453	4.103	
Contas a receber	4	1.047.731	644.448	
Tributos correntes a recuperar	5	4.149	3.483	
Adiantamentos a fornecedores		8	10	
Adiantamentos a funcionários		20	-	
Despesas Antecipadas		207	168	
Outros		1	(49)	
Total do ativo circulante		1.083.569	652.163	
Imobilizado	7	3.095	6.218	
Intangível	8	17.628	19.695	
Contrato de Garantia		1.593	1.593	
Depósitos judiciais	14.d	24.784	21.418	
Impostos fiscais diferidos	6	8.978	3.554	
Total do ativo não circulante		56.078	52.478	
Total do ativo		1.139.647	704.641	

Balancos Patrimoniais		Notas		
	2020	2019		
Passivos				
Contas a pagar a estabelecimentos comerciais	9	1.107.153	645.917	
Valores a repassar às bandeiras	10	950	1.578	
Fornecedores	11	2.871	6.049	
Obrigações fiscais		7.031	5.037	
Obrigações sociais e trabalhistas		624	747	
Outras Provisões	12	1.656	2.831	
Contingências	14.b	5.429	10.071	
Outras Obrigações		29	70	
Total do passivo circulante		1.125.743	672.300	
Partes Relacionadas	13	25.586	37.525	
Contingências	14	15.383	15.383	
Total do passivo não circulante		40.969	52.908	
Patrimônio líquido: Capital social		2.010	2.010	
Prejuízos acumulados		(29.075)	(22.577)	
Total do patrimônio líquido		(27.065)	(20.567)	
Total do passivo e patrimônio líquido		1.139.647	704.641	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional – A Global Payments – Serviços de Pagamentos S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, com endereço registrado na Rua dos Pinheiros nº 610, situada na cidade de São Paulo no bairro Pinheiros. Foi constituída em 22/02/2013 no Brasil e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados à captura de transações com cartões de crédito e de débito, bem como a prestação de serviços correlatos, tais como o credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços, o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos e a coleta de dados e de processamento de transações eletrônicas. A Companhia teve seu primeiro ano operacional completo em 2013 e encontra-se em fase de expansão e crescimento de suas operações. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, que está suportado por um plano de negócios formalizado que considera crescimento no volume de captura de transações com cartões de débito e crédito, aumento da força de vendas e parcerias com novas bandeiras, ocasionando crescimento e resultado positivo futuro. **Eventos significativos do período:** O ano de 2020 começou totalmente atípico em relação às nossas expectativas, pois logo no fim de janeiro a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) era (e continua sendo) uma emergência de saúde a nível global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e desde então tem gerado impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Considerando toda situação que vivemos da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais que fizemos para o ano de 2020 foi duramente afetada e tivemos que revisar todo nosso planejamento. Contudo devido a imprevisibilidade e a evolução do surto e dos seus impactos, não é razoável na prática fazer uma estimativa muito precisa do efeito financeiro futuro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: 1. Trabalho profundo de revisão de gastos visando renegociação dos contratos com os fornecedores da Companhia e cortes em despesas não essenciais; 2. Suspensão de novas contratações de pessoal; 3. Reestruturação das condições dos empréstimos e financiamentos da Companhia com instituições financeiras, assim como dos prazos de pagamentos a fornecedores e antecipações requisitadas pelos lojistas, para mitigar eventuais riscos de liquidez. Dentre as principais medidas, a aproximação dos prazos de cessação e antecipação nas operações diárias de financiamento foi chave para assegurar a sobrevivência da companhia durante os vários períodos de restrições impondo fechamento do comércio. Por fim a empresa também está revendo o planejamento estratégico de vendas para se adequar ao momento e se preparar para uma retomada do consumo no segundo semestre de 2021 e início de 2022. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis** – 2.1. **Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil encontram-se em conformidade com a legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 02/06/2021. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico avaliando como base o custo amortizado, registrando os ativos e passivos financeiros atualizados contra o resultado do exercício, quando aplicável. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional (R\$, Real), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Valores em moeda estrangeira ou sujeitos à atualização monetária:** Os ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data de encerramento do balanço. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no resultado do exercício, na rubrica "Variação cambial" pertencente ao grupo de resultado financeiro, quando aplicável. Ativos e passivos não financeiros adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado. Os ativos e passivos em reais (R\$) e sujeitos à indexação contratual ou legal, são corrigidos na data do balanço pela aplicação do índice de correção correspondente. Ganhos e perdas decorrentes de variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício em bases correntes. **2.5. Uso de estimativas:** As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras, as quais são revistas anualmente pela administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões necessárias para determinação de provisão para perda do valor recuperável de ativo imobilizado e ativo intangível, impostos diferidos e provisão para risco. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **2.6. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa podem incluir caixa, depósitos bancários e outros investimentos imediatamente convertíveis em caixa ou com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição e com baixo risco de mudança de valor, utilizados no pagamento das obrigações de curto prazo. **2.7. Instrumentos financeiros:** **2.7.1. Classificação:** A Companhia pode classificar seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de resultados abrangentes e valor justo por meio de resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e suas características contratuais. A administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial. **2.7.2. Contas a Receber:** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados inicialmente pelo preço da transação e acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos são medidos pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). **2.7.2.1. Contas a receber de bancos emissores e contas a pagar a estabelecimentos comerciais:** Os valores a receber junto aos bancos emissores de cartões são ativos financeiros, com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativos circulantes, com prazo de vencimento igual ou inferior a 12 meses da data base do balanço. Esses montantes referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito emitidos por instituições financeiras licenciadas pelas bandeiras. O saldo de contas a receber de bancos emissores está líquido das taxas de intercâmbio cobradas pelos próprios bancos emissores. O Contas a pagar aos estabelecimentos comerciais são passivos financeiros, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como passivos circulantes, com prazo de vencimento igual ou inferior a 12 meses da data base do balanço. Esses montantes referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares dos cartões em estabelecimentos credenciados pertencentes ao sistema da Companhia. O saldo de contas a pagar a estabelecimentos está deduzido das taxas

cobradas pela Companhia, bandeiras e bancos emissores. De forma geral, o prazo de liquidação dos valores a receber junto aos bancos emissores é em média de 28 dias para transações a crédito e de 2 dias para transações a débito, e o prazo médio de liquidação da Companhia com os estabelecimentos comerciais é de 30 dias. **2.7.3. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação (data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo). As aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através de resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.7.4. Provisão para perdas esperadas:** A Companhia avalia no final de cada período se há evidência de perdas esperadas referente aos seus ativos financeiros. Após o reconhecimento inicial dos ativos poderá ser estimado de maneira confiável um "evento de perda" e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros. Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda esperada incluem: a. Dificuldade financeira relevante do emissor dos cartões; b. Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; c. Torna-se provável que o banco emissor declare falência ou outra reorganização financeira; d. O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; e. Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • Mudanças adversas na situação do pagamento dos bancos emissores; • Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. • O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Caso, num período subsequente, o valor da perda esperada diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda esperada ser reconhecida (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda esperada reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.8. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (perda esperada). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. **Vida útil** 5 anos Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **2.9. Intangível:** Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução aos valores recuperáveis acumulados, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. **Vida útil** 5 anos Sistema de Processamento de Transações Software Operacional 5 anos Licença de bandeira 5 anos Software (Web Service Portal) 5 anos Plataforma Global Payments 5 anos **2.10. Imposto de renda e contribuição social corrente:** A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, devido à exclusão de receitas não tributáveis ou despesas não dedutíveis, e exclusão de resultados negativos de exercícios anteriores (até 30% do lucro do exercício). A provisão para imposto de renda e contribuição social foi calculada individualmente com base em alíquotas de 15% para Imposto de renda somadas ao adicional de 10% sobre o lucro tributável que excede a R\$ 240 e 9% para a contribuição social, as quais são vigentes ao fim do exercício conforme decreto nº 9.580/18. **2.11. Ativos fiscais diferidos:** Os ativos fiscais diferidos, também denominados como créditos tributários, são os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar em relação à compensação de prejuízos fiscais não utilizados, que podem ser utilizados, limitados a 30% do lucro real apurado no período, a compensação destes ativos passou a ser feita a partir do segundo semestre de 2017, as expectativas de realizações futuras dos valores de impostos fiscais diferidos estão contempladas na nota explicativa nº 6. **2.12. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Quando a Companhia espera que parte ou toda provisão possa ser reembolsada, por exemplo, no âmbito de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando a expectativa de reembolso é praticamente certa. **Provisões para contingências:** As provisões para contingências, de quaisquer naturezas, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. As contingências são registradas de acordo com o estabelecido no CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. As provisões para contingências são constituídas sempre que a perda é avaliada como provável, o que ocasionaria a provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos são mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às informações intermediárias e os classificados como de perda remota não são provisionados nem divulgados. **2.13. Reconhecimento de receita:** Os reconhecimentos das receitas de serviços podem ser assim resumidos: **a. Receita Operacional:** A receita é reconhecida pelo regime de competência e mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos para as operações com as bandeiras. A receita é reconhecida na data da captura da transação em sua totalidade independente da data de liquidação com os estabelecimentos. **b. Receitas Financeiras:** A receita financeira de pré-pagamento é reconhecida pelo regime de competência e mensurada pelo valor justo das operações de antecipações de créditos a prazo para os estabelecimentos comerciais. **2.14. Cessão de crédito:** As operações de cessão de crédito são contabilizadas com base na modalidade da operação, sendo para as cessões com coobrigação o reconhecimento inicial do montante recebido em contrapartida e os encargos apropriados ao longo do prazo

Demonstrações de Resultados		Notas		
	2020	2019		
Receita operacional líquida				
Receita operacional líquida	17	52.207	65.024	
Custo dos serviços prestados				
Custo dos serviços prestados	18	(53.095)	(45.335)	
Resultado bruto				
Resultado bruto		(888)	19.689	
Despesas operacionais				
Despesas gerais e administrativas	20	(16.605)	(45.919)	
Despesas comerciais	19	(307)	(602)	
Despesas tributárias	22	(5.351)	(4.960)	
Outras despesas		(47)	(934)	
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos				
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		(23.198)	(32.726)	
Despesas/receitas financeiras				
Receitas financeiras	21	29.537	65.063	
Despesas financeiras	21	(18.262)	(37.883)	
Lucro/Prejuízo antes de IRPJ e CSLL				
Lucro/Prejuízo antes de IRPJ e CSLL		(6.499)	(5.546)	
Imposto de renda e contribuição social diferido	6	5.424	896	
Lucro/Prejuízo líquido do exercício				
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		(6.499)	(4.650)	
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes		(6.499)	(4.650)	
Resultado abrangente do exercício				
Resultado abrangente do exercício		(6.499)	(4.650)	

Demonstrações de Resultados Abrangentes		Notas		
	2020	2019		
Lucro/Prejuízo líquido do exercício				
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		(6.499)	(4.650)	
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes		(6.499)	(4.650)	
Resultado abrangente do exercício				
Resultado abrangente do exercício		(6.499)	(4.650)	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		Capital Social		
	2020	2019		
Saldo final em 31/12/2018				
Saldo final em 31/12/2018	2.010	(17.927)	(15.917)	
Lucros/Prejuízo do exercício		(4.650)	(4.650)	
Saldo final em 31/12/2019				
Saldo final em 31/12/2019	2.010	(22.577)	(20.567)	
Lucros/Prejuízo do exercício		(6.499)	(6.499)	
Saldo final em 31/12/2020				
Saldo final em 31/12/2020	2.010	(29.075)	(27.066)	

da cessão, pela taxa de juros efetiva. Na modalidade sem coobrigação, o montante recebido inicialmente é contabilizado em conta redutora das contas a receber pela transferência do direito e os encargos são apropriados no momento da contratação. **2.15. Novas normas emitidas adotadas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 01/01/2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia: • Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26)

Caixa e equivalentes de caixa		2020		
	2020	2019		
Bancos – conta corrente	11.149	3.957		
Bancos – aplicação financeira (i)	20.304	146		
Total	31.453	4.103		

(i) A Companhia apresenta seu principal saldo de aplicação financeira com resgate imediato no montante de R\$ 20.026 em CDB na instituição financeira do BRB, cuja remuneração ocorreu proporcionalmente ao período que esteve aplicado com a taxa de 101% do CDI. **4. Contas a receber** 2020 2019 Contas a receber estabelecimentos comerciais 5.196 3.364 Valores a receber dos bancos emissores – transações parceladas (i) 904.640 823.630 Valores a receber dos bancos emissores – transações agendadas (ii) 368.678 417.665 Operações de crédito cedidas sem coobrigação (iii) (231.636) (608.945) Operações Contestadas (iv) 584 1.543 Estoque Remuneração ELO a Repassar (444) (845) Provisão para Devedores Duvidosos (49) (733) Transfêria de Recebimento Nacional (67) 7.653 Transfêria de Recebimento Internacional 829 1.116 **Total** 1.047.731 644.448

(i) Transações parceladas – São decorrentes da captura das transações parceladas com cartões de crédito com liquidação acima de 28 dias da data do processamento. (ii) Transações agendadas – São decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e débito com liquidação em até 28 dias da data do processamento. (iii) Operações de crédito cedidas sem coobrigação – São decorrentes de contratos realizados com os bancos. (iv) Transações contestadas (chargeback) – é a contestação de uma compra online realizada através de cartão de débito ou crédito, para este valor foi constituída provisão para devedores duvidosos no montante de R\$ 49, referente às contestações realizadas a mais de 90 dias. O fluxo de recebimento das transações parceladas e agendadas por bandeira é composto da seguinte forma:

Prazo (*)	2020			2019		
	Transações Crédito (Bandeira)					
de 1 a 28	203.125	298.416	501.541	67.542	106.757	174.299
de 29 a 60	68.790	100.893	169.683	59.447	93.810	153.257
de 61 a 90	45.487	67.048	112.534	37.327	59.522	96.849
de 91 a 120	37.055	54.446	91.501	27.726	44.511	72.237
de 121 a 150	28.424	41.502	69.927	22.526	36.073	58.599
de 151 a 180	21.551	31.297	52.848	16.505	26.441	42.946
de 181 a 210	17.648	25.604	43.251	13.589	21.777	35.366
de 211 a 240	12.450	18.454	30.903	9.837	15.672	25.509
de 241 a 270	7.487	11.081	18.567	6.565	10.579	17.144
de 271 a 300	3.668	5.590	9.258	2.986	4.843	7.829
de 301 a 330	1.596	2.470	4.067	1.471	2.379	3.850
de 331 a 365	171	246	417	172	274	446
Total	447.452	657.045	1.104.497	265.693	422.638	688.331

(*) Parcelas a serem enviadas às bandeiras e recebidas dos bancos emissores dos cartões 28 dias após esse prazo. **Contas a receber – transações parceladas e agendadas Hiper e ELO**

Prazo (*)	2020			2019		
	Transações Crédito (Bandeira)					
de 1 a 28	38.255	32.808	71.063	17		

Publicidade Legal

... continuação

Global Payments – Serviços de Pagamentos S.A.

subsidiária da adquirente. *Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas e cíveis, classificadas como prováveis.*

Custo	Sistema de Processamento de Transações		Intangível em andamento		Plataforma Global Payments		Software Operacional		Licença de bandeiras		Web Services Portal		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Saldo em 1º/01/2020	20.035	1.080	35	9.067	10.783	44	41.000	1.827	–	–	–	–	1.827	–
(+) Adições	687	1.395	–	3.429	1.798	44	7.354	113	85	–	–	–	113	85
(-) Baixas	(73)	(2.150)	–	(7)	–	–	(2.230)	(816)	1.742	–	–	–	(816)	1.742
Saldo em 31/12/2020	20.649	325	35	12.489	12.582	44	46.124	1.124	1.827	–	–	–	1.124	1.827
Amortização	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldo em 1º/01/2020	(10.847)	–	(20)	(4.552)	(5.886)	–	(21.305)	8.244	1.098	–	–	–	8.244	1.098
(+) Adições	(3.416)	–	(7)	(1.843)	(1.925)	–	(7.192)	1.239	720	–	–	–	1.239	720
(-) Baixas	1	–	–	–	–	–	1	(5.178)	6.426	–	–	–	(5.178)	6.426
Saldo em 31/12/2020	(14.262)	–	(27)	(6.395)	(7.811)	(1)	(28.496)	4.305	8.244	–	–	–	4.305	8.244
Saldo final líquido de 31/12/2020	6.387	325	8	6.094	4.771	43	17.628	–	–	–	–	–	–	–

9. Contas a pagar estabelecimentos comerciais – Os valores a pagar são representados por valores devidos aos estabelecimentos comerciais, referentes a transações capturadas e não processadas até o último dia de cada mês.

2020	2019
1.062.393	634.927
41.328	10.705
3.432	285
1.107.153	645.917

Valores a pagar dos estabelecimentos – agendamento de crédito

Valores a pagar dos estabelecimentos – liquidações a processar(ii)

Outros (i)

Total

(i) Os valores demonstrados no quadro como "Outros" se referem à conta transitória de liquidação, PV Recuperação de Aluguel e conta de valores retidos por suspeita de fraude na operação, onde são contabilizados os valores a pagar para os estabelecimentos que tem inconsistências na operação ou de domicílio bancário, para os quais existem tratativas de regularização para ser efetivado o pagamento. (ii) São valores de pagamento do dia, originados através da conta de agendamento. **Contas a pagar – transações agendadas e a processar Bandeira Visa e Master**

2020	2019
413.340	606.588
1.019.928	278.315
251.228	529.543
278.315	251.228
529.543	278.315

Contas a pagar – transações agendadas e a processar Bandeira Hiper e ELO

2020	2019
14.607	14.154
28.761	27.761
14.772	17.639
32.411	32.411

Contas a pagar – transações agendadas e a processar Bandeira Cabal e Amex

2020	2019
28	769
797	26
115	141
141	115

Aos Administradores e Acionistas da Global Payments – Serviços de Pagamentos S.A. – São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Global Payments – Serviços de Pagamentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Global Payments – Serviços de Pagamentos S.A. em 31/12/2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter

10. Valores a repassar às bandeiras – Os montantes registrados nesta conta referem-se a tarifas de utilização dos arranjos de pagamentos das bandeiras. Em 31/12/2020 o montante é de R\$ 950 e em 31/12/2019 o montante era de R\$ 1.578.

2020	2019
429	773
476	741
42	62
1	1
2	1
950	1.578

11. Fornecedores

Valores a pagar pela aquisição de equipamentos POS/Pinpad (*)

Licença de Bandeiras

Tarifas de Bandeiras

Serviços prestados por terceiros

Provisões

Total

(*) Os valores dos fornecedores correspondem substancialmente à compra de ativo imobilizado com prazo de vencimento de até 30 dias. As provisões são estimadas pela Companhia para atender despesas esperadas, consideradas certas ou de alta possibilidade de ocorrência. São representadas por projeções de gastos ligados diretamente à atividade, os quais são reconhecidos como provisões e a partir da sua realização são estornados no resultado como provisão e reconhecidos no resultado como despesa efetiva com base em documentação emitida na competência. Abaixo estão relacionados os saldos de provisões separadas por fornecedor:

2020	2019
(424)	518
967	974
–	449
206	156
–	35
–	40
39	49
–	20
735	–
3	–
1.526	2.551

12. Outras Provisões

Provisão para perdas (*)

Executive Bônus

Total

(*) A empresa apresenta o saldo de R\$ 803 referente a provisões de perdas sistêmicas e R\$ 542 referente Chargeback, devido as contestações de clientes. **13. Partes relacionadas** – Abaixo estão as partes relacionadas da Global Payments Serviços de Pagamentos S.A.: Global South America Brasil – Serviços de Pagamentos S.A.; Global Payments Acquisition Corp 6; Banco Inbursa S.A.; Caixa Bank S.A.; Cartão BRB S.A. Os detalhes a respeito da transação entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Passivo

Operação de Mútuo – Contas a pagar à Global Payments South America, Brasil – Serviços de Pagamentos S.A. (Controladora) (1)

2020	2019
25.586	37.525
25.586	37.525

(1) A Companhia possui o saldo de operações de mútuo com sua controladora, as quais tiveram a finalidade de recebimento de recursos que foram utilizados para a compra de ativo imobilizado e intangível e para financiar as operações. O saldo remanescente das operações de mútuo teve o recolhimento do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) mensalmente de acordo com as taxas previstas na legislação vigente. **14. Contingências** – Em 2018 a companhia realizou a composição de processos judiciais reconhecendo o saldo de contas a pagar, valores quais foram pagos e reconhecidos na rubrica de depósitos judiciais.

2020	2019
15.383	15.383
15.383	15.383

15. Capital Social

– O capital social em 31/12/2020 apresenta o montante de R\$ 2.010 (dois milhões e dez mil reais) representado por ações de R\$ 1,00 (um real) cada, conforme relacionado abaixo:

Ações (milhares) subscrito	Capital integralizado	Capital Social
1.809	1.809	1.809
201	201	201
2.010	2.010	2.010

16. Imposto de renda e contribuição social

Resultado antes do IRPJ e da contribuição social

Adições, exclusões e compensações na base de cálculo:

2020	2019
4.161	1.660
(8.191)	1.251
(15.953)	(2.635)
3.988	659
1.436	237
5.424	896

Base de cálculo do IRPJ e CSLL

IRPJ – Alíquota de 15% e adicional de 10%

CSLL – Alíquota de 9%

Total da despesa de IRPJ e CSLL correntes

(i) O valor de provisões não dedutíveis é composto pelas contas de provisão de Processamentos de transações, Recuperação de Aluguel, Despesas Financeiras, Serviços de Terceiros, Back Office, Parcerias Comerciais, Brindes, Field Services, Web Hosting e IT Consultancy.

2020	2019
30.158	37.912
8.882	12.372
19.238	22.482
819	215
(6.890)	(7.957)
52.207	65.024

(*) A receita operacional é composta substancialmente pelas comissões cobradas de estabelecimentos comerciais e pelo aluguel de equipamentos POS. **18. Custos dos serviços prestados** – O detalhamento dos custos dos serviços prestados por natureza está apresentado a seguir:

2020	2019
(27.330)	(26.934)
(8.449)	(10.483)
751	1.005
(16.253)	(14.717)
(99)	(143)
(322)	(253)
(1.393)	6.190
(53.095)	(43.335)

(*) Os valores de equipamentos de captura e serviços são compostos pelos

19. Despesas comerciais – O detalhamento das despesas comerciais por natureza está apresentado a seguir:

2020	2019
(3)	(53)
(89)	(244)
(208)	(286)
(2)	(19)
(5)	–
(307)	(602)

20. Despesas gerais e administrativas – O detalhamento das despesas gerais e administrativas está apresentado a seguir:

2020	2019
(11.941)	(15.098)
(5.990)	(8.091)
(1.771)	(1.613)
(858)	(865)
(994)	(968)
(1.539)	(546)
1.430	(10.635)
(2)	–
(85)	(321)
–	(7.976)
(185)	(100)
5.330	294
(16.605)	(45.919)

21. Receitas e despesas financeiras – O detalhamento das receitas e despesas financeiras está apresentado a seguir:

2020	2019
28.234	67.617
(1.316)	(3.144)
335	578
2.198	–
13	2
73	6
–	4
29.537	65.063
(16.059)	(32.890)
(525)	(651)
(23)	–
(1.423)	(4.288)
(18)	(1)
(214)	(49)
–	(4)
(18.262)	(37.883)
11.275	27.180

(i) A receita de pré-pagamento refere-se às antecipações de créditos a prazo para os estabelecimentos comerciais.

22. Despesas tributárias – O detalhamento das despesas tributárias está apresentado a seguir:

2020	2019
(506)	(791)
(822)	(1.144)
(4.017)	(3.017)
(6)	(8)
(5.351)	(4.960)

23. Gerenciamento de riscos – As considerações sobre riscos e valorização dos instrumentos financeiros podem ser assim resumidas: **a. Considerações sobre riscos: (i) Concentração de riscos de crédito:** Os contratos da Companhia são administrados através de programa de qualificação. As contas a receber são pulverizadas e não há concentração de crédito significativa com terceiros. **(ii) Risco de crédito e aplicação dos recursos:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Em 31/12/2020, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota explicativa nº 4. **(iii) Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, para que haja recursos financeiros disponíveis ao devido cumprimento de suas obrigações, substancialmente concentrada nos estabelecimentos comerciais e nas partes relacionadas. **b. Valorização dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos são descritos a seguir, bem como o critério para sua valorização: **(i) Contas a receber:** Os montantes divulgados no balanço patrimonial em contas a receber, aproximam-se de seus valores de mercado, considerando o seu vencimento em curto prazo. **24. Cobertura de seguros** – Em 31/12/2020 e 2019 a Companhia não possui apólices de seguros vigentes. Os Contratos são efetuados em nome da Holding do Grupo, Global Payments South America, Brasil – Serviços de Pagamentos Ltda., com cobertura para responsabilidade civil e riscos operacionais. **25. Eventos subsequentes** – Não existem eventos subsequentes a data de aprovação das Demonstrações Financeiras. **26. Outros assuntos – a. Benefícios Pós-Emprego:** Não existem benefícios pós-emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria. **b. Derivativos:** Durante os exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 a Companhia não operou com Instrumentos Financeiros Derivativos.

Athos Marcelo de Belém Dourado – Diretor Financeiro

Fabiano Sarzi Sartori – Contador CRC-PR sob o nº PR04610909

segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das

estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam com os correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de junho de 2021.

KPMG Auditores Independentes
CRC 25P 014.428/O-6
Vitor David Bezerra Colavitti
Contador CRC TSP 329.743/O-6

KPMG

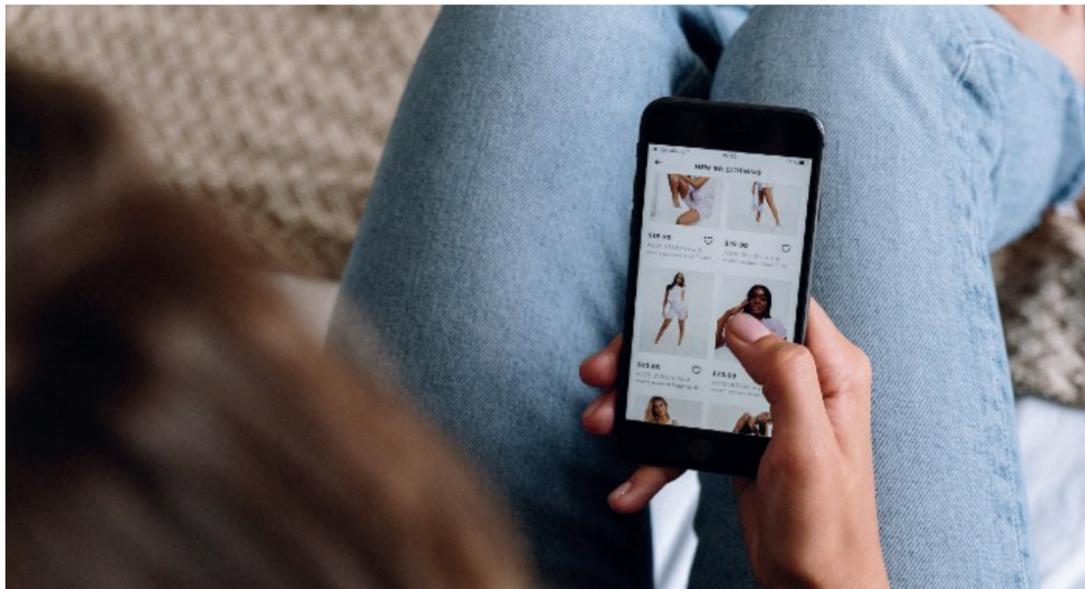
Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br

Negócios

Compras em rede social avançam e elevam concorrência para shoppings



O prazer de passear em um shopping, olhar vitrines, tomar um café, encontrar amigos, ir ao cinema, jantar. E, é claro, comprar. Em muitos locais, por 150 dias em 2020, os brasileiros ficaram impedidos de desfrutar dos centros de compras —contando o período em que os empreendimentos ficaram fechados ou operaram com horário reduzido. Este ano, o jejum para evitar o contágio do novo coronavírus durou pouco mais de um mês.

Mesmo com a vacinação a passos lentos no país, os shoppings não temem que uma eventual terceira onda de Covid-19 cause estragos ainda maiores do que os observados em 2020, quando as

500 milhões de visitas mensais caíram para menos da metade e 12% dos lojistas (13 mil pontos de venda) fecharam as portas. Mas existe um concorrente que se fortaleceu durante a pandemia: a compra online, com destaque para as redes sociais.

Dados da consultoria Ebit|Nielsen apontam que, no ano passado, o comércio eletrônico faturou R\$ 87,4 bilhões, uma alta de 41% sobre 2019. Só no primeiro trimestre de 2021, o faturamento cresceu 38,2% em relação ao mesmo período de 2020, para R\$ 22,6 bilhões. Nesta comparação trimestral, o número de pedidos avançou 19,4%, para 46,3 milhões, enquanto o tíquete-médio subiu 15,8%, para R\$ 488.

Sites de busca e as redes sociais são o principal caminho para iniciar as compras, diz a consultoria. No ano passado, por exemplo, 29% das compras online de roupas e calçados começaram em redes como Instagram e Facebook. O mesmo aconteceu em 27% dos pedidos de alimentos e 22% de perfumaria.

Por outro lado, entre maio de 2020 e abril de 2021, os shoppings amargaram uma queda de 43,3% nas visitas e de 21,3% nas vendas, segundo a pesquisa IPV – Índices de Performance do Varejo, da FX Data Intelligence. A voltinha no shopping foi substituída pelo rolê no feed do Instagram.

Biznews

Indústria abandona carros mais populares



Eles já contribuíram com mais da metade das vendas de automóveis no País e ajudaram o mercado a deslançar. Agora, carros de entrada, antes chamados de populares, estão sendo deixados de lado pelas fabricantes.

A categoria de hatchs — que abriga os modelos de entrada como subsegmento — é tradicional líder de vendas também está prestes a perder a posição. O foco das montadoras agora são os utilitários-esportivos (SUVs), que passaram a ser prioridade nos investimentos das montadoras em busca de maior margem de lucro nas vendas.

Carro popular, na concepção em que foi criado, não existe mais há algum tempo e há quem aposte, até entre

Sem mistureba: Petlove faz parceria com a True, de ração natural para pets

A Petlove, pet-shop online e plataforma de serviços veterinários anunciou uma parceria com a True, marca de ração natural, que permitirá a venda da primeira ração sem subprodutos do país pela plataforma online da empresa.

Em um primeiro momento, a ração natural da True estará disponível no e-commerce da Petlove, que já conta com mais de 15.000 produtos, além de serviços e consultas veterinárias oferecidas por mais 3.000 parceiros — entre clínicas e hospitais.

O lançamento também marca a chegada oficial da True ao mercado brasileiro. A ração natural é feita com carne de verdade e é, segundo a empresa, a única ração super premium do Brasil que não contém farinha de vísceras — um subproduto proveniente da indústria alimentícia não destinado ao consumo huma-

no e tradicionalmente usado em rações para pets.

A True também elimina qualquer transgênico, conservante artificial e corante, e prioriza ingredientes naturais como frango, batata-doce, cenoura, brócolis e arroz integral.

“Não existe nenhuma ração sem subprodutos de carne disponível ao consumidor brasileiro, algo que já é bem desenvolvido no mercado externo. Temos a expectativa de revolucionar o mercado nacional, oferecendo um alimento mais natural e mais próximo da nossa própria alimentação, para que os pais e mães de pet possam alimentar seus pets com ingredientes que eles mesmos comeriam”, afirma André Romeiro, criador da True.

Os produtos já estão disponíveis no site da Petlove em e têm preços a partir de R\$149,90.

Exame



montadoras, que a categoria de entrada vai desaparecer pois não há lançamentos previstos nessa faixa.

No início do ano havia sete carros de entrada em produção. Agora são quatro, e o viés é de baixa. Já saíram de linha Ford Ka, Volkswagen up! e Toyota Etios. Há informações, não confirmadas, de que no fim do ano o Fiat Uno deixará o mercado e, em 2023, o Volkswagen Gol.

Hoje, além de Uno e Gol são considerados de entrada o Renault Kwid e o Fiat Mobi. O Onix Joy, versão antiga mantida pela General Motors após a chegada do novo Onix, não consta da relação de versões de entrada da Fenabrave, associação dos concessionários, embora o mercado o coloque nessa categoria.

Segundo a Fenabrave, de janeiro a maio foram vendidos 102,9 mil carros de entrada, uma participação de 15,3% do total de automóveis comercializados no período. Os preços ao consumidor variam de R\$ 44,4 mil a R\$ 60,2 mil e boa parte deles é adquirida por frotistas.

“Todo mundo está querendo pular fora desse segmento e procurando vender carros que dão mais rentabilidade”, diz Paulo Cardamone, da Bright Consulting. Para ele, contudo, o segmento deve ser mantido, mas em nova configuração, com carros mais equipados e de maior conteúdo tecnológico. Isso, porém, acarreta em custos, o que descaracteriza ainda mais o conceito de popular.

Estado SP